



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
FACULDADE DE EDUCAÇÃO
LICENCIATURA EM PEDAGOGIA**

MARIANA KOVASKI DE AGUIAR

Análise das Políticas de Assistência Estudantil durante a Pandemia de COVID-19: um olhar de estudantes de baixa renda do curso de pedagogia da UFRGS

Porto Alegre
2023

Mariana Kovaski de Aguiar

Análise das Políticas de Assistência Estudantil durante a Pandemia de COVID-19: um olhar de estudantes de baixa renda do curso de pedagogia da UFRGS

Trabalho de conclusão apresentado à Comissão de Graduação do curso de Pedagogia – Licenciatura da Faculdade de Educação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito parcial e obrigatório para a obtenção do título de Licenciado em Pedagogia.
Orientador: Prof. Dr. Maurício Perondi.

Agradecimentos

Gostaria de agradecer as oportunidades que tive para chegar até a escrita desta pesquisa. Desde o esforço incansável dos meus pais para que eu tivesse a melhor educação possível, aos meus professores e professoras que desde muito cedo me mostraram o real valor da educação. Especificamente ao professor Rafael que marcou minha trajetória durante escolarização, me fazendo acreditar que era possível ser de classe popular e ingressar na universidade pública. Outra professora que marcou minha vida profissional, me inspira e me fortalece todas as vezes que penso em desistir, é minha mãe, Márcia Bronislava. Agradeço por todo o auxílio durante a graduação, principalmente durante a pandemia em que sua existência foi fundamental para que eu permanecesse no curso. Agradeço ao meu pai, Beto Aguiar, pois somente através das suas lutas de vida enxerguei para quem eu deveria destinar meus esforços enquanto educadora. Sou grata às mulheres da minha família que sempre foram resistência e espelho para que eu continuasse sendo forte em minhas buscas e incertezas. Por fim, mas não menos importante agradeço ao amor da minha vida, meu namorado, meu companheiro de jornada, além de amigo, no período da construção desta pesquisa ele foi muito mais que isso, foi meu confidente, meu professor, meu entusiasta, Vanderson Soares, sem a sua presença esta pesquisa teria sido muito menos prazerosa.

Finalmente agradeço às minhas raízes, ao meu bairro de origem que representa muito da minha identidade, a Restinga, que ao longo destes cinco anos de graduação foi meu lugar de chegada e partida, por uma hora e dez minutos de viagem. Agradeço por ter nascido no bairro que possui um enorme investimento em cultura e educação e me orgulho muito de poder fazer parte da história da Restinga enquanto monitora da Emei Restinga Vila Nova no Município de Porto Alegre e moradora do bairro.

Agradeço ao professor Maurício Perondi por ter topado orientar minha pesquisa, além de ter agregado muito com suas análises, foi muito acolhedor muito além das minhas expectativas, me ajudou a gerenciar o tempo e os trabalhos de forma exemplar. Agradeço aos professores da banca por analisarem o meu trabalho.

Por fim agradeço a educação pública e de qualidade principalmente para classe popular, minhas bandeiras de vida.

“Todo choro silenciado levo na cor
O axé dos antepassados eu sou
A força dos orixás contra a perversão
Tinguerreiro não aceita opressão!”

Estado Maior da Restinga, 2023.

Resumo

A pandemia foi uma janela para o desenvolvimento de novas pesquisas em diversas áreas. Na educação não foi diferente, pois uma nova linha de pesquisas surgiu na intenção de compreender quais os impactos deixados por este período. Este estudo vem alinhado nesta temática, pensando como a pandemia de COVID-19 teve influência na Educação Superior e em seus estudantes de baixa renda. Nesta pesquisa é desenvolvida uma análise das Políticas de Assistência Estudantil elaboradas durante a pandemia de COVID-19, a partir do olhar de estudantes de graduação, do curso de pedagogia, na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS). O objetivo do trabalho foi compreender se estas políticas foram suficientes para garantir a permanência destes estudantes na universidade. A metodologia escolhida para o desenvolvimento deste estudo é a qualitativa, sendo composta por duas técnicas diferentes de produção dos dados: a primeira foi a pesquisa documental e a segunda, as entrevistas semiestruturadas. Possui seus pressupostos teóricos estabelecidos a partir de produções de Flávia Piovesan, Nadir Zago, Nancy Fraser, entre outros, que abordam as desigualdades sociais, o acesso e a permanência no Ensino Superior e a função bidimensional de justiça através da redistribuição e do reconhecimento. A partir destas temáticas buscou-se analisar as medidas que foram incorporadas na intenção de reduzir as desigualdades sociais na UFRGS, durante a pandemia de COVID-19, contemplando condições de justiça social, com enfoque nas Políticas de Assistência Estudantil, voltadas ao público menos prestigiado da universidade, os cotistas de baixa renda. Para análise de dados ancorei-me em Laurence Bardin (2011), através da análise de conteúdo, selecionando cinco categorias temáticas: a) transformação dos contextos de estudo; b) dificuldade de acesso à tecnologia; c) saúde mental; d) efetividade das Políticas de Assistência Estudantil; e) impacto da pandemia na formação acadêmica. Na conclusão dos estudos reafirmo a importância das Políticas de Assistência Estudantil, mas que sejam contextualizadas e realmente favoreçam o público de baixa renda.

Palavras-chave: Pandemia de Covid-19; Políticas de Assistência Estudantil; Ensino Superior; Estudantes de Baixa Renda.

Abstract

The pandemic was a window for the development of new research in several areas. In education it was no different, as a new line of research emerged with the intention of understanding the impacts left by this period. This study is aligned with this theme, thinking about how the COVID-19 pandemic had an influence on Higher Education and its students of popular class. In this research, an analysis of the Student Assistance Policies elaborated during the COVID-19 pandemic is developed, from the perspective of undergraduate students, from the pedagogy course, at the Federal University of Rio Grande do Sul (UFRGS). The objective of this work was to understand if these policies were sufficient to guarantee the permanence of these students in the university. The methodology chosen for the development of this study is qualitative, consisting of two different data production techniques: the first was documentary research and the second, semi-structured interviews. Its theoretical assumptions are based on productions by Flávia Piovesan, Nadir Zago, Nancy Fraser, among others, which address social inequalities, access and permanence in Higher Education and the two-dimensional function of justice through redistribution and recognition. From these themes, we sought to analyze the measures that were incorporated in the intention of reducing social inequalities at UFRGS, during the COVID-19 pandemic, contemplating conditions of social justice, with a focus on Student Assistance Policies, aimed at the less prestigious public. of the university, low-income quota holders. For data analysis, I rely on Laurence Bardin (2011), through content analysis, selecting five thematic categories: a) transformation of study contexts; b) difficulty in accessing technology; c) mental health; d) effectiveness of Student Assistance Policies; e) impact of the pandemic on academic training. At the conclusion of the studies, I reaffirm the importance of Student Assistance Policies, but that they are contextualized and really favor the low-income public.

Keywords: Covid-19 pandemic; Student Assistance Policies; University education; Low Income Students.



LISTA DE ABREVIATURAS

AME - Auxílio Material de Ensino
AVA - Ambiente Virtual de Aprendizagem
CEU - Casa de Estudantes
COVID -19 - Coronavírus SARS-CoV-2
DAFE - Diretório Acadêmico Faculdade de Educação
EAD - Ensino a Distância
ERE - Ensino Remoto Emergencial
FACED - Faculdade de Educação
IFE - Instituições Federais
NAN - Núcleo de Assistência Nutricional
Pnaes - Plano Nacional de Assistência Estudantil
PRAE - Pró-reitoria de Assuntos Estudantis
PROUNI - Programa Universidade para Todos
REUNI - Programa de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais
RU - Restaurante Universitário
SAN - Segurança Alimentar Nutricional
Sead - Secretaria de Educação a Distância
SES/RS - Secretaria da Saúde do Estado
SISU - Sistema de Seleção Unificada
UFRGS - Universidade Federal do Rio Grande do Sul

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Benefícios concedidos aos beneficiários PRAE e as adaptações feitas para a pandemia de COVID-19 p. **30**

Quadro 2: Categorias de análise p. **37**

LISTA DE FIGURAS

Imagem 3: Nuvem de palavras realizada a partir das entrevistas semi-estruturadas

p. 47

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	11
1.1 Influência da Pandemia de COVID-19 na Educação Superior.....	11
2. JANELA PARA PANDEMIA.....	15
2.1 Desigualdade na Educação Superior.....	17
2.2 Fatores da exclusão.....	19
2.3 Ações propostas para a democratização do Ensino Superior.....	21
3. METODOLOGIA.....	25
4. ANÁLISE DOS DADOS.....	28
4.1 Pesquisa Documental.....	28
a) Ensino remoto emergencial: implementação.....	28
b) PNAES Implementadas Na UFRGS durante a Pandemia de COVID-19.....	29
4.2 Entrevista Semi-estruturada	35
a) Quem são os entrevistados deste estudo?.....	35
b) Transformação do contexto de estudo.....	37
c) Dificuldade de acesso à tecnologia.....	39
d) Saúde mental.....	40
e) Efetividade nas Políticas de Assistência Estudantil.....	42
f) Impacto da pandemia na formação acadêmica.....	45
Imagem 3) Nuvem de palavras realizada a partir das entrevistas semi-estruturadas:.....	47
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
6. REFERÊNCIAS	51

1. INTRODUÇÃO

1.1 Influência da Pandemia de COVID-19 na Educação Superior

Em 2019 surge no mundo um novo vírus, sendo que os primeiros casos foram identificados em Wuhan, província de Hubei, China. O (SARS-CoV-2), assim denominado pelo Comitê Internacional de Taxonomia, representa a síndrome respiratória aguda grave 2, causadora do novo COVID-19 (BRASIL, 2020). Um estudo de Philippe Duarte (2021) sobre a origem da COVID-19, aponta que, possivelmente, o surto do vírus pelo mundo tenha se disseminado por sua alta contaminação, tornando-se rapidamente uma pandemia. Em fevereiro de 2020, o vírus chega ao Bêrgamo, no norte da Itália; um mês depois o país impõe aos seus cidadãos um confinamento na região da Lombardia.

Conforme as infecções com o vírus foram crescendo repentinamente, o isolamento social mostrava-se como única medida confiável para conter o popularmente chamado de coronavírus. Segundo uma reportagem do jornalista Weudson Ribeiro (2020), da Revista Poder 360, 4 em cada 8 pessoas no mundo passaram a se submeter a condições de isolamento. Esta estratégia foi adotada por diversos países, embora algumas autoridades consideraram, inicialmente, afrouxar as restrições, como no caso no Brasil, em que o presidente da república repetidamente passou a desconsiderar a gravidade do vírus e seus impactos, desrespeitando as recomendações dos organismos internacionais e as experiências vividas anteriormente por outros países.

Imediatamente, viu-se a necessidade, a partir do alarmante aumento de casos e mortes em decorrência de complicações ao se contrair o vírus, de regras sanitárias mais claras para a população, tais como o distanciamento social, o uso de máscaras ao sair de casa, a lavagem das mãos com frequência, entendendo que estas ações poderiam minimizar a contaminação em larga escala, de acordo com orientações do Ministério da Saúde. Ainda de acordo com a reportagem, dentre a população brasileira, ao longo do ápice da pandemia foram mais de 140 mil pessoas confinadas, (RIBEIRO, 2020). Com isso, diversas atividades, que não representavam um trabalho essencial no momento emergencial da pandemia, foram momentaneamente paralisadas. Posteriormente, as mesmas foram retomadas através de adaptações, a partir das relações impostas pela pandemia.

Este cenário não deixou de impactar a educação brasileira, pois alunos e professores de todo país passaram a readaptar suas formas de aprender e de ensinar, sendo que a tecnologia não de modo geral, já fazia parte da rotina em algumas escolas, passou a se intensificar o seu uso, através dos planos de ensino que passaram por adaptações para contemplar o formato online. Em todos os níveis federativos, a educação brasileira teve algum tipo de impacto durante a pandemia.

Na Educação Superior não foi diferente, sendo que nas IFES (Instituições Federais de Ensino Superior), passou-se a utilizar um novo formato de ensino baseado na utilização de aplicativos de videoconferência, ambientes virtuais de aprendizagem (AVA), sempre voltados para o uso da tecnologia. Entretanto, diante desta realidade sem precedentes, causada por uma pandemia repentina, as adaptações propostas na educação apontavam para a necessidade de transferir para o ensino à distância, de forma emergencial, as necessidades e demandas do ensino presencial. Segundo Isadora Teixeira Lira (2020), esta foi uma das tentativas de normalizar a situação de funcionamento da educação no país, mas estas adaptações foram realizadas de forma abrupta, sem considerar as condições socioeconômicas dos estudantes e dos professores. Nas palavras da autora, “contribuindo para o agravamento das desigualdades sociais” (LIRA, 2020, p. 04).

Para graduandos do Ensino Superior, a pandemia modificou substancialmente a rotina de aprendizado, sendo que aos alunos de baixa renda, somava-se a preocupação da comunidade acadêmica em promover ações que contribuíssem para minimizar a lacuna existente promovida pela desigualdade social. Desta forma, existiram reivindicações para que fossem implementadas novas Políticas de Assistência Estudantil em todas as Instituições de Ensino Superior Federal. Na Universidade do Rio Grande do Sul (UFRGS) não foi diferente, sendo que estas ações paliativas pretendiam promover a adaptação dos alunos de baixa renda ao período emergencial da pandemia de COVID-19. No entanto, dois anos após a implementação destas mudanças, ainda não existem dados consolidados sobre a contribuição destas políticas para a permanência dos estudantes cotistas na universidade. A partir deste cenário, este trabalho procura sistematizar dados e ampliar o debate sobre o tema, respondendo a seguinte questão de pesquisa: Como alunos de baixa renda do Curso de Pedagogia da UFRGS vivenciaram as Políticas de Assistência Estudantil, implementadas durante a pandemia de COVID-19?

Tem como amostra proposital e intencional, graduandos de Pedagogia, pois este é um campo direcionado e próximo para a pesquisa. Além disso, pesquisar sobre os efeitos da desigualdade social na Educação Superior, principalmente em momentos de emergência, como na pandemia de COVID-19, é fundamental para compreender como esta classe é afetada. Nas palavras de Zago (2006, p. 236), “estudar essa população para entender as transformações nas demandas e nas práticas escolares, assim como no perfil dos estudantes na sociedade contemporânea, representa uma necessidade para a pesquisa e as políticas educacionais em todos os níveis de ensino”.

Desta forma, esta pesquisa terá em seu objetivo principal: Compreender qual a percepção dos estudantes da UFRGS sobre as Políticas de Assistência Estudantil implementadas na pandemia, especificamente alunos de baixa renda do Curso de Pedagogia, no período de 2020 a 2022. Nos objetivos específicos buscará: a) identificar de que forma as Políticas de Assistência Estudantil,

propostas durante a pandemia, contribuíram ou não para a permanência na universidade, dos estudantes de pedagogia de baixa renda; b) analisar se as Políticas de Assistência Estudantil foram satisfatórias para estudantes de pedagogia de baixa renda da UFRGS; c) compreender quais foram os movimentos pessoais e institucionais para implementar as Políticas de Assistência Estudantil e como estas impactaram em suas trajetórias acadêmicas.

A aproximação com o tema de pesquisa se dá desde minha formação na Educação Básica, quando ao ser transferida de uma escola particular para uma escola pública, percebi, desde muito cedo, de que forma as desigualdades se multiplicavam através das oportunidades educacionais determinadas a cada grupo na sociedade. A partir desta experiência, passei não só a compreender o valor e a dimensão da educação para o desenvolvimento dos sujeitos, como a valorizar o papel do professor que atua na transformação dessas realidades sociais. Meu objetivo, mesmo na escola pública, sempre foi ingressar no Ensino Superior, mas almejar entrar na graduação parecia cada vez mais um sonho distante com o desmorte vivenciado na educação pública brasileira. Por nascer em um bairro periférico na zona sul de Porto Alegre, o bairro Restinga, onde moro até hoje, e sentir as diferenças gritantes que existem entre a formação dos alunos de escolas públicas e privadas, entendi que tinha o desejo de ser professora. Essa vontade surge da necessidade de levar conhecimento, através de experiências reais e significativas para quem não tem acesso, principalmente, para os alunos do meu bairro.

Na graduação, presenciei a constante multiplicação das desigualdades sociais, que através das relações sociais, determinavam um lugar para os desiguais. Concluí o quão difícil é para um aluno de baixa renda entrar em uma universidade pública, no entanto, compreendo agora que não basta garantir a vaga, pois permanecer na universidade é uma questão de acesso aos direitos e às oportunidades. Dos mais de 43 colegas que iniciaram o curso de Pedagogia, em 2018, restam poucos. Esse número mostra-se ainda menor quando pensamos nos graduandos do curso de Pedagogia que ingressaram na universidade com cotas de baixa renda. Os problemas que levam os estudantes do Ensino Superior de baixa renda à evasão são diversos, mas o que pode ser afirmado no cenário da educação brasileira é que estes se expandiram ainda mais com a pandemia mundial de COVID-19.

Diante disso, a fim de contemplar as discussões relacionadas ao tema de pesquisa, opto por desenvolver em meu referencial teórico noções sobre inclusão e justiça social, reforçando os caminhos para a permanência na Educação Superior e a garantia do direito à educação para todos. Posteriormente, relaciono a existência da pandemia de COVID-19 e suas consequências para o agravamento das desigualdades na educação. Esta pesquisa tem sua base metodológica qualitativa, exploratória, com a intenção de mapear as ações institucionais da UFRGS para implantação do Ensino Remoto Emergencial (ERE) e as políticas de Assistência Estudantil, destinadas aos

estudantes cotistas de baixa renda durante a pandemia, assim compreender como estas atuações possam ter contribuído ou não na visão dos estudantes de pedagogia para sua permanência na universidade.

Com isso, esta pesquisa terá um duplo enfoque, pois, de um lado será realizado um recorte documental em que apontarei as Políticas de Assistência implementadas pela UFRGS no Ensino Remoto de Emergência (ERE), analisando as adaptações criadas neste período. O segundo enfoque será aprofundado através de entrevistas semiestruturadas individuais, em que se buscará compreender de que forma as Políticas de Assistência Estudantil, propostas durante a pandemia, contribuíram ou não para a permanência dos estudantes de pedagogia de baixa renda., Tais proposições têm como finalidade analisar se as Políticas de Assistência Estudantil foram satisfatórias para estudantes de Pedagogia de baixa renda da UFRGS.

2. Janela para pandemia

Esta pesquisa terá seus pressupostos teóricos estabelecidos a partir das produções de Nancy Fraser, em que aborda a função bidimensional de justiça, além de aprofundar a compreensão de redistribuição e reconhecimento, duas temáticas que favorecem o desenvolvimento e a compreensão das desigualdades sociais que se afirmam no Ensino Superior. A partir destas temáticas buscarei analisar medidas que foram incorporadas na intenção de reduzir as desigualdades sociais na UFRGS, durante a pandemia de COVID-19, contemplando condições de justiça social. Neste caso, Políticas de Assistência Estudantil, voltadas ao público menos prestigiado da universidade, os cotistas de baixa renda.

Conforme Nadir Zago (2006) relata em sua pesquisa sobre a escolarização em meios populares, o campo da sociologia da educação, a partir de problemáticas atuais, passa por grandes mudanças. Antigamente, a pobreza e a falta de condições sociais eram vistas de formas patológicas, de forma que, se a estrutura familiar tivesse menos recursos para ingressar no Ensino Superior, esta relação se manteria nas outras gerações. Na atualidade, existem diversas pesquisas e indicadores que relatam casos, em que alunos quebram a barreira social e conseguem conquistar a vaga no Ensino Superior. Em outras palavras, "trata-se de uma linha inovadora, haja vista ser relativamente recente na disciplina o interesse pelos casos que fogem à tendência dominante, voltada para o chamado fracasso escolar nesses meios sociais" (ZAGO, 2006, p. 223). Estes casos ampliam-se por diversos fatores, segundo a autora, pelo contato com ambientes letrados, a partir da relação família-escola é possível que jovens rompam com as tradições frequentes de seus meios de origem, "uma escolaridade de curta duração"(ZAGO, 2006, p. 227). A autora salienta que novas pesquisas no campo da sociologia contribuem para pensar a trajetória educacional dos sujeitos atípicos de classe popular, afirmando que,

Esses estudos deram visibilidade às ações empreendidas pelos sujeitos sociais, contrariando uma visão patologizante das famílias ou, ainda, um conhecimento durante muito tempo dominante nas ciências sociais, apoiado em uma caracterização genérica dos meios populares, freqüentemente associada à passividade e ao imediatismo nas reivindicações, entre outras denominações igualmente estigmatizadoras" (SADER & PAOLI, 1988 apud ZAGO, 2006).

No entanto, ressalta que mesmo através do ingresso das camadas populares na Educação Superior brasileira, existiam outras formas de dominação do saber, a partir de padrões mercantilistas que foram aplicados à educação, com isso, poucos alunos de baixa renda possuem condições de acessar e permanecer nas universidades federais. Segundo a autora, a suposta democratização do Ensino Superior não foi suficiente aos estudantes de classe baixa, pois estes alunos dependem da já

precarizada escola pública para conseguir ingressar em cursos de graduação e,

Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino (ZAGO, 2006, p. 228).

Ao debater sobre esta perspectiva, Neumann (2006, p. 04) aponta sobre as formas de combate às estruturas de desigualdade social afirmando que “o segredo para alcançar uma sociedade mais justa é lutar pelos direitos dos seus cidadãos e por oportunidades iguais”. Compreende-se que as dificuldades sociais não emanam somente de questões econômicas, mas sim de um tecido social conturbado pelas relações sócio-históricas desgastadas. Nancy Fraser (2006) levanta duas principais causas para as injustiças sociais. A primeira é a falta de distribuição, ou má distribuição, em relação a algo ou alguma coisa. A exemplo disso, enquanto existe a produção excedente de alimentos e seu desperdício diário, há quem passe fome, ou viva em situação de insegurança alimentar. Em outras palavras, a falta de distribuição está relacionada diretamente com a falta de garantia de direitos ligados às condições dignas de vida. Com isso, na atualidade, manter direitos básicos, como moradia, luz, educação, saúde, entre tantos outros, está alinhado ao poder de compra e aquisição dos sujeitos. No entanto, existem sujeitos que mesmo tendo acesso a todos estes direitos, ainda assim sofrem injustiças. Por exemplo, homossexuais que nascem em famílias mais afortunadas e possuem acesso a boa educação, saúde de qualidade, padrões altos na vida social, mas mesmo assim, sofrem preconceito, muitas vezes dentro da sua própria família. Outro exemplo, um homem e uma mulher que concorrem a um cargo de chefia, mesmo sendo ela a mais capacitada, com mais estudos e condições de vida, pode ainda assim não ser promovida simplesmente pelo fato de ser mulher. Em outras palavras, algumas injustiças não ocorrem em função do acesso a bens materiais, mas em função de algo que Nancy Fraser (2006) chama de reconhecimento. Este reconhecimento segundo a autora é um processo de valoração¹.

Muitas vezes estas duas formas de injustiças se somam, o fato de uma pessoa possuir menos reconhecimento colabora para que ela tenha menos acesso às oportunidades. Mesmo havendo esta sobreposição de injustiças, normalmente o combate a elas se dá em dois campos. Para combater as diferenças econômicas, luta-se para que existam mais oportunidades, ou que os direitos de todos sejam respeitados, o que para Nancy Fraser (2006), é denominado como redistribuição. A ideia de cotas no Ensino Superior busca exatamente isso, melhorar a distribuição do acesso nas universidades públicas para pessoas autodeclaradas negras ou indígenas e/ou de baixa renda que estudaram em

¹ Valoração de identidades normalmente subalternizadas. Vítimas de estigmas.

escolas públicas, que podem ou não ser portadores de alguma deficiência. Objetivos parecidos podem ser encontrados em políticas públicas de distribuição de renda, como o Bolsa Família,² ou programas habitacionais como o Minha Casa e Minha Vida³ que em 2020 passou a se chamar Minha Casa Verde Amarela⁴. Mesmo considerando a sua importância, programas assim, embora costumem combater a falta de oportunidades e direitos, pouco fazem para combater as injustiças causadas pelas faltas e reconhecimento.

Neste sentido, movimentos como a Parada LGBTQIAP+⁵, em todo o país procuram combater a homofobia e o preconceito ligado a este grupo, lutando para a garantia de espaços iguais de reconhecimento. Para o combate da falta de reconhecimento são feitos movimentos que contribuem com a visibilidade de forma não negativa, a grupos tradicionalmente subalternizados. A partir deste entendimento, compreende-se que existem diferenças entre as pessoas, suas necessidades, sem desvalorizar estas diferenças. Pelo contrário, valorizando estas diferenças, suas expressões, formas de vida e relações com o cotidiano. Neste sentido a autora exemplifica estas duas dimensões trazendo o exemplo da diferença de gênero. “O gênero é, em suma, um modo bivalente de coletividade ele contém uma face de economia política, que se insere no âmbito da redistribuição, mas também uma face cultural-valorativa, que simultaneamente o insere no âmbito do reconhecimento” (FRASER, 2006, p. 234). Em outras palavras, a função bidimensional da justiça ressalta-se pela redistribuição e o reconhecimento. O processo de redistribuição trata de medidas de enfrentamento às desigualdades sociais por meio de políticas públicas voltadas ao combate das injustiças econômicas. Da mesma forma, o direito ao reconhecimento é enfrentado por meio de medidas ao combate a discriminação racial e padrões discriminatórios. São perspectivas da autora que têm a função de alcançar a justiça social com base em dimensões diferentes.

2.1 Desigualdade na Educação Superior

O Brasil é um dos países mais desiguais do mundo, isso acontece por diversos fatores, o principal é a má distribuição de renda que contribui para o alargamento das desigualdades sociais. A

² Programa social criado em outubro de 2003, com objetivo de redistribuição de renda para população mais pobre.

³ O Programa Minha Casa, Minha Vida (PMCMV) foi um programa de habitação federal do Brasil criado em março de 2009, com o objetivo de subsidiar a aquisição de imóveis de famílias de baixa renda.

⁴ Em fevereiro de 2020, já sob o governo de Luiz Inácio Lula da Silva, o programa Minha Casa Verde Amarela foi revogado e, em seu lugar, voltou o programa Minha Casa, Minha Vida.

⁵ A Parada LGBTQIAP+ é uma série de eventos e ações afirmativas direcionadas à comunidade LGBTQIAP+ em que se comemora o orgulho e a cultura destas pessoas. Em 1997 a primeira Parada aconteceu na cidade de São Paulo, contendo somente 2 mil pessoas. Atualmente na mesma cidade o mesmo evento conta com cerca de 3 milhões de pessoas, sendo um dos principais eventos turísticos da cidade.

partir do potencial crescimento deste fator nos últimos anos, segundo o último relatório da OXFAM Brasil (2022) - Nós e as Desigualdades -, é apontado o alargamento das barreiras sociais através das amplas e diferentes margens salariais existentes no país. O relatório aponta que, em 2022, o total de seis brasileiros possuíam uma riqueza equivalente a das 100 milhões de pessoas mais pobres do país. Em outro estudo sobre o tema, elaborado pelo curso de aperfeiçoamento: Educação, Pobreza e Desigualdades Social (Curso EPDS) realizado na UFRGS, é proposto a organização de produções voltadas aos diferentes olhares de professores da universidade sobre o avanço das desigualdades sociais no país e principalmente na educação. Um dos estudos apresentados é o de Neomar Filho (2018, p. 45), que aponta este crescimento como um retrato alarmante da “lógica excludente do poder econômico, da dominação cultural elitista, do volume obscuro da concentração da riqueza, das limitações das práticas burocráticas administrativas convencionais, dos preconceitos e das mistificações de toda ordem voltados à população pobres do país”. Segundo o autor, “no Brasil quem está no topo da pirâmide social tem 14 vezes mais chances de continuar nesta situação privilegiada, do que quem se encontra na base da estrutura social nela ascender” (FILHO, 2018, p.50). Posteriormente, faz uma analogia sobre o fato do Estado brasileiro ser semelhante ao personagem Robin Hood, no entanto ironicamente brinca com a ideia de ser o “Robin Hood às avessas”, que tira dos pobres para dar aos ricos. (2018, p. 50).

Aprofundando a discussão Boaventura de Sousa Santos (2003, p. 56) faz uma análise sobre o direito à igualdade e à diferença:

Temos o direito a ser iguais quando a nossa diferença nos inferioriza; e temos o direito a ser diferentes quando a nossa igualdade nos descaracteriza. Daí a necessidade de uma igualdade que reconheça as diferenças e de uma diferença que não produza, alimente ou reproduza desigualdades.

O autor refere-se a dois pontos fundamentais relacionados à reprodução das desigualdades sociais: o primeiro é o princípio da igualdade, pois todos têm os direitos e deveres iguais enquanto cidadãos, no entanto, nem todas as pessoas possuem acesso a estes direitos de forma igualitária. Por isso, a necessidade da adoção de políticas públicas que envolvam a ação não só do Estado, mas de toda sociedade para que esta igualdade realmente se concretize. O segundo ponto destacado por Santos conversa com o anterior, pois mesmo tendo os mesmos direitos as pessoas são diferentes perante a sociedade e possuem suas particularidades, características e distinções, estas devem ser respeitadas e observadas para garantia de direitos.

O jurista Ruy Barbosa em 1920, já afirmava sobre as diferenças: “a igualdade consiste em

tratar igualmente aos iguais e desigualmente aos desiguais na medida de sua desigualdade”. (BARBOSA, 1920, n.p.) A partir desta ideia é possível afirmar que o oposto de igualdade não é a diferença, mas sim a desigualdade, em que algumas pessoas são “mais iguais” que outras. A educação no Brasil é um dos principais lugares de reprodução das desigualdades sociais, da exclusão social e das injustiças sociais. No entanto, é a educação que de igual modo pode servir de enfrentamento para estas estruturas de dominação. Dou seguimento à discussão sobre os fatores que promovem a exclusão social no capítulo seguinte.

2.2 Fatores da exclusão

Ao se falar em inclusão social, prioritariamente se fala dos excluídos sociais, daqueles e daquelas que de alguma forma são rejeitados de um grupo ou de uma comunidade. Segundo Rogério Roque Amaro (2006), a exclusão social é caracterizada pela falta de acesso às oportunidades oferecidas na sociedade aos seus membros. Que acontece em 6 dimensões principais do sujeito: o SER, em que é delimitado as formas pessoais dos sujeitos; o ESTAR, a suas redes de pertencimento na qual se encontra e participa de forma ativa; o FAZER, tarefas socialmente reconhecidas que empregam as formas de aquisição do sujeito; o CRIAR, capacidade de assumir a ação; o SABER, acesso a informação, seja ela formal ou informal, acesso à escola e seus conhecimentos; o TER, capacidade aquisitiva, de compra e de consumo.

A exclusão social é, portanto, nos pensamentos do autor, a falta de acesso ou realização de uma ou mais destas dimensões. É possível fazer relação com a exclusão social e a pobreza, que é basicamente a falta de recursos, nas palavras de Amaro (2006, p. 1), “expressando-se nomeadamente ao nível da exclusão social do fazer, do criar, do saber e/ou do ter”. A origem da exclusão social, pode ser, portanto, composta de fatores econômicos, fatores estruturais de dada sociedade, relacionados às capacidades oferecidas ou negadas a determinada pessoa ou grupo social. Uma vez determinada a exclusão social, são apontadas pelo autor as formas de reverter este processo, viabilizando o acesso e às oportunidades antes negadas, incluindo na estrutura social formas de equiparação.

O autor justifica que os sujeitos excluídos e sua sociedade devem passar por dois caminhos para a erradicação desta exclusão, são eles: “o dos indivíduos que se tornam cidadãos plenos; o da sociedade que permite acolher a cidadania” (AMARO, 2006, p. 1). Amaro chama este duplo processo de integração, em que as duas partes assumem papéis de interação, também em suas

palavras de “interdependência positiva” em que o organismo social da mesma forma que contribui para o desenvolvimento deste sujeito, depende de sua individualidade para sua progressão, no entanto estas relações não se darão sem nenhuma conflitualidade. Segundo Amaro (2006), a integração é sempre a oportunidade de mais valia para sociedade e para os sujeitos, pois a partir desta, se potencializa a diversidade e a valorização múltipla-cultural.

Como referido, a exclusão social parte da falta de oportunidades nas condições sociais, na educação superior brasileira estas desigualdades apresentam-se principalmente no fato que, segundo Goldemberg (1993), mesmo o Brasil, um país que já esteve na 8ª potência mundial, atualmente é caracterizado por possuir grande defasagem na educação pública. De acordo com o autor (GOLDEMBERG, 1993, p.18) “o Brasil apresenta, de forma agravada, algumas características próprias de países em desenvolvimento, entre as quais enorme desigualdade na distribuição da renda e imensas deficiências no sistema educacional”. Em perspectiva semelhante, para Ortega (2001), estas desigualdades, apresentam-se principalmente pela larga vantagem dos alunos de escolas particulares ao ingressarem em universidades públicas, diferente disso, alunos de baixa renda, que trilham em sua maioria o ensino na rede pública, os que conseguem completar o ensino básico, não têm acesso ao ensino superior. Para a autora, o elitismo no Brasil possui diversos ganhos com a prática de escolas que preparam os estudantes para o ensino terciário. Enquanto estudantes de classes populares, contam com escolas precárias e excludentes que não possibilitam capacitação para a entrada nos cursos de graduação. De acordo com Ortega (2001), é função da escola investir em circunstâncias que desenvolvam o aluno em seu cognitivo, sua cidadania, mas também o profissionalize para que seja possível sua entrada no Ensino Superior. Todavia, o vestibular não deve, somente, ser parâmetro de aprendizagem do aluno, mas conforme explica a autora, é função do Poder Público investir não só a capacitação destes estudantes no nível técnico de trabalho, mas sim criar possibilidades para o ingresso destes alunos de classe popular, de forma qualificada, nas vagas de Educação Superior.

Conforme as diretrizes estabelecidas pela Constituição Federal (BRASIL, 1988), a educação em relação aos direitos fundamentais, é prevista no art. 205, como “um direito de todos e dever do Estado e da família”. O serviço é ofertado, conforme sua prioridade, organizado a partir das ações político-administrativas das Unidades Federativas, sendo pensado primeiramente na educação básica e posteriormente na Educação Superior. O direito e o acesso à Educação Superior é mencionado, porém, as condições para chegar a tal feito, são dissemelhantes. Dados do PNAD/IBGE 2017, revelam que o Brasil é o País com maior nível de desigualdade entre suas Unidades da Federação no que tange a conclusão do Ensino Superior. Pessoas de 25 anos ou mais de idade com ensino superior

no Distrito Federal representam (33,2%), o que é 4,5 vezes maior do que o estado com o menor percentual, Maranhão com 7,4%. Os fatores econômicos acentuam as disparidades entre estudantes de baixa renda e estudantes de condição financeira mais elevada, no entanto, tão somente estes fatores influenciam na conquista e permanência no ensino superior, existem desigualdades de oportunidade entre as classes sociais. Estas diferenças, por sua vez, fazem da seleção de candidatos às universidades públicas um processo hegemonicamente elitista, que limita as possibilidades de ingresso dos estudantes advindos de escolas públicas. (VASCONCELOS E LIMA, 2004).

Ao ingressar na universidade pública esta discrepância aumenta, com a soma das defasagens e lacunas existentes na formação destes estudantes desde a Educação Básica, a garantia ao acesso não representa a democratização do Ensino Superior e as dificuldades podem permear durante todo o curso de graduação. A permanência de alunos de classe baixa nas instituições ainda parece ser um dos grandes desafios a ser superado. Conforme Zago (2006, p. 228),

Uma efetiva democratização da educação requer certamente políticas para a ampliação do acesso e fortalecimento do ensino público, em todos os seus níveis, mas requer também políticas voltadas para a permanência dos estudantes no sistema educacional de ensino [...]. Não basta ter acesso ao ensino superior, mesmo sendo público, conforme indicam os resultados da pesquisa que realizei. Assim, torna-se redutor considerar indiscriminadamente os casos de estudantes que têm acesso ao ensino superior como de 'sucesso escolar'.

2.3 Ações propostas para a democratização do Ensino Superior

A fim de contextualizar, desenvolvo neste capítulo as propostas que tiveram o intuito de democratizar a Educação Superior. De acordo com Guimarães (2003), sua idealização se dá através da persistência dos movimentos sociais, que iniciam a luta pela inclusão social no Ensino Superior de pessoas negras e de baixa renda. Pensando prioritariamente nos indivíduos que se encontram em posições inferiores na sociedade, o autor aponta que é possível refletir como as posições sociais podem discriminar o ingresso no mercado de trabalho, na universidade e nas posições de poder. Em sintonia, Oliven (2009) descreve as ações afirmativas como medidas de prevenção, com objetivo de remover barreiras formais e informais que impeçam sujeitos que foram historicamente discriminados para a promoção de oportunidades de inclusão destes excluídos socialmente.

Na Educação Superior, um dos pontos positivos para a inclusão social, foi a instituição das políticas de ação afirmativas, que mobilizou a implementação das políticas de cotas em universidades públicas, possibilitando aos grupos marginalizados que sofrem com a discriminação

racial, de classe, o acesso ao Ensino Superior, que somente a lei não garante. O Programa de Ações Afirmativas foi aprovado através da decisão 134/2007, também através dela garantiu-se o Ingresso Especial para estudantes indígenas, resultando na criação de 10 vagas (uma para cada curso). Na UFRGS, a partir da implementação desta política foram instituídas as condições para o ingresso dos estudantes cotistas, mas somente em 2012, nove anos depois, instaura-se a CAF - Coordenadoria de Ações Afirmativas - a fim de acompanhar o impacto desta política. A partir da Decisão 268/2012, cabe às IFEs de todo o país construir planos e ações de acompanhamento e avaliação dos beneficiários.

Com isso, a partir dos anos 2000 se expandem políticas de ação afirmativa na intenção de democratizar o acesso à Educação Superior destinadas à população pobre, passando a existir mais possibilidade de ingresso neste nível de ensino. Segundo dados do IBGE (2017), essas medidas observaram o aumento das reservas de vagas nas instituições públicas voltadas a pessoas com deficiência, egressos de escolas públicas, com baixa renda familiar, grupos de diferentes etnias e/ou raça, etc. O número de estudantes de classe baixa⁶ a frequentar o Ensino Superior indicou aumento, pois foi submetido a uma avaliação e acompanhamento das universidades federais pelo REUNI (Programa de Apoio à Reestruturação e Expansão das Universidades Federais), criado em 24 de abril de 2007, política com a intenção de promover ações afirmativas que visam a inclusão estudantil e assistência estudantil (BRASIL, 2007). O programa promove uma revisão orçamentária para as IFEs (Instituições Federais), que mantêm ações afirmativas de ingresso (sistema de cotas, ou reserva de vagas) e assistência estudantil.

O Enem (Exame Nacional de Ensino Médio), realizado a partir de 1998 pelo governo de Fernando Henrique Cardoso, inicialmente existiu para mensurar o desempenho dos estudantes no Ensino Médio, mas, em 2009, no decorrer da gestão do Ministro da Educação, Fernando Haddad, foi implementado um novo modelo de prova com a intenção de admitir alunos para instituições públicas e privadas de todo o país. A prova passou a ampliar as possibilidades de ingresso no Ensino Superior, tornando popular o fato de entrar na universidade pública. Sem dúvidas, esta nova política mudou os rumos da democratização da Educação Superior no Brasil, existindo um grande crescimento de estudantes de baixa renda nas instituições federais. No entanto, ainda são poucos os brasileiros que possuem o Ensino Superior completo, atuando na área de sua carreira.

Ainda sobre as medidas adotadas na intenção de democratizar o Ensino Superior, foi criado o Programa de Universidades para Todos (ProUni), definido pela lei n. 11.096, no governo de Luiz Inácio Lula da Silva, destinado à concessão de bolsas de estudo integrais e bolsas de estudo parciais

⁶ O IBGE classifica como pessoa de classe baixa ou pessoa de baixa renda quem possui até 1,5 de renda familiar.

de 50% (cinquenta por cento) para estudantes de cursos de graduação em instituições privadas de Ensino Superior, com ou sem fins lucrativos. As bolsas de ensino integral destinam-se a garantir que brasileiros não portadores de diploma que possuam renda familiar de até 1,5 (um salário mínimo e meio) per capita ingressem em instituições superiores de ensino privado. Para bolsas parciais é definido que a renda familiar do estudante não ultrapasse a margem de 3 (três) salários mínimos per capita. (BRASIL, 2005)

Também em 2010, foi desenvolvido o SISU (Sistema de Seleção Unificada), uma plataforma online criada pelo MEC (Ministério da Educação), que é o sistema por meio do qual são selecionados estudantes para vagas em cursos de graduação, disponibilizadas pelas instituições públicas de ensino superior. É um processo autônomo, em que cada estudante escolhe a sua vaga, de acordo com sua pontuação. É disponibilizado para estudantes de todo o país, que realizaram o Enem naquele ano, sendo que nele é possível acessar as vagas de todas as instituições federais e estaduais brasileiras (BRASIL, 2012). No entanto, a garantia do acesso, não reflete a permanência destes estudantes. Apesar do avanço observado no aumento de estudantes de classe baixa nas universidades, a população com Ensino Superior completo, a partir da implementação destas políticas permanece restrita a 15,3% da população brasileira de 25 anos de idade ou mais, segundo dados do IBGE (2017).

Com a intenção de acompanhar e avaliar os níveis de evasão e permanência de alunos cotistas, as políticas de permanência estudantil são elaboradas. Também na intenção de garantir o direito à permanência dos estudantes considerados de baixa condição socioeconômica pelas ações afirmativas, para que passem a ter acompanhamento institucional nas suas atividades acadêmicas. O Programa Nacional de Assistência Estudantil (PNAES), criado em dezembro de 2007, trata-se de uma ação que ganhou maior dimensão a partir de 2010, com a implantação do Decreto nº 7.234 que concebe a assistência estudantil como um direito de cidadania, na medida em que estabelece diretrizes e regras de combate às desigualdades sociais e regionais, gerando condições para ampliação e democratização do acesso e permanência dos jovens no ensino público federal (BRASIL, 2010).

As políticas de permanência, são socialmente construídas a partir de um enfrentamento histórico, visam o apoio e a permanência de estudantes de baixa renda matriculados em cursos de graduação presencial das instituições federais de Ensino Superior. Seu objetivo é viabilizar a igualdade de oportunidades entre todos os alunos e contribuir para o desempenho acadêmico, a partir de medidas que buscam combater situações de repetência e evasão. Neste estudo, as Políticas de

Assistência Estudantil serão analisadas através da experiência de estudantes que vivenciaram esta política a partir do recebimento dos auxílios estudantis durante a pandemia de COVID-19.

3. METODOLOGIA

Neste capítulo, apresento a metodologia de pesquisa, na qual descrevo seu desenvolvimento no campo da coleta de informações e forma de análise. Este estudo busca investigar como os graduandos de classes populares vivenciaram as Políticas de Assistência Estudantil implementadas durante a pandemia de COVID-19. É caracterizado com uma pesquisa exploratória de caráter qualitativo, pois visa compreender aspectos sociais, do comportamento dos sujeitos e de suas relações com/em sociedade (MINAYO, 2004). Para além disso “[...] trabalha com o universo de significados, motivações, crenças, valores e atitudes, o que corresponde a um espaço mais profundo de relações, dos processos e dos fenômenos que não podem ser reduzidos à operacionalização”. (MINAYO, 2004, p. 21-22).

Este trabalho só é possível através do olhar pesquisador que observa, investiga e interpreta os sujeitos e as suas diferentes realidades. Em que segundo Paulo Freire:

Quanto mais, em tal forma de conceber e praticar a pesquisa, os grupos populares vão aprofundando, como sujeitos, o ato de conhecimento de si em suas relações com a sua realidade, tanto mais vão podendo superar ou vão superando o conhecimento anterior em seus aspectos mais ingênuos. Deste modo, fazendo pesquisa, educo e estou me educando com os grupos populares (FREIRE, 1983, p. 36).

Para além disso, cabe salientar que a pesquisa qualitativa não se limita à observação, pois “a observação figura sistematicamente ao lado das outras técnicas de coleta do material qualitativo, tais como a entrevista, os relatos de vida, ou ainda a pesquisa documental, nos manuais básicos sobre os métodos de pesquisa nas ciências sociais” (JACCOUD, MAYER. 2008. p. 04).

Nesta pesquisa, uma das técnicas escolhidas para a produção de dados qualitativos foi a análise documental, a partir do levantamento das ações propostas pela UFRGS para a implementação do Ensino Remoto (ERE), de forma cronológica, a fim de elucidar e organizar as medidas que a instituição tomou para a permanência do estudante cotista frente à pandemia. Também foram incluídas na análise, as adaptações propostas nas Políticas de Assistência Estudantil no período de 2020 a 2022. Através desta técnica foi possível compreender como determinados documentos podem ser fundamentais, contribuindo para narrativas históricas. Segundo Lüdke e André (1986. p. 38), a análise de documentos ainda é pouco explorada “não só na área da educação como em outras áreas das ciências sociais”. No entanto, o uso de documentos deve ser valorizado e reconhecido em seu potencial de pesquisa. No contexto desta investigação são analisados documentos institucionais que

contribuem para noções basilares sobre como foram as ações propostas e relações com o momento de pesquisa.

A outra técnica de produção de dados utilizada durante a investigação será a entrevista semi-estruturada. Segundo Lakatos e Marconi (2010), através desta técnica é possível averiguar fatos ocorridos, também conhecer a opinião de determinado grupo de sujeitos sobre fatos históricos, políticos e institucionais. É possível descobrir quais foram, são ou seriam as condutas das pessoas, sejam elas passadas, presentes ou planejadas (futuras); descobrir fatores que influenciam os pensamentos, sentimentos ou ações. Nesta pesquisa a entrevista semi-estruturada teve início a partir do mapeamento dos graduandos(as) do curso de Pedagogia da UFRGS, oriundos por cotas de restrição renda, que conforme o edital de ingresso de 2022/1 se caracterizam por:

“(L1) - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo nacional per capita;

(L2) - candidato egresso Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo nacional per capita autodeclarado preto, pardo ou indígena;

(L9) - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo nacional per capita e Pessoa com Deficiência;

(L10) - candidato egresso Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo nacional per capita autodeclarado preto, pardo ou indígena e Pessoa com Deficiência;”. (UFRGS, Portal de Informação, 2023). A partir desta amostra foram produzidas entrevistas individuais com seis estudantes de baixa renda, com a intenção de saber se as Políticas de Assistência Estudantil, elaboradas durante a pandemia contribuíram ou não, na visão do estudante, para sua permanência na universidade. Esta análise oportuniza de forma pessoal “mapear e compreender o mundo da vida dos respondentes”, ou seja, ela fornece noções básicas para “uma compreensão detalhada das crenças, atitudes, valores e motivações” em relação aos atores sociais e contextos sociais específicos. (MINAYO, 2008; CERVO; BERVIAN, 2007).

No desenvolvimento da pesquisa optou-se por utilizar dois termos diferentes, representando a parte da população mais empobrecida do país, no qual, segundo o IBGE (2021), é considerado pobre o indivíduo que vive com menos de R\$31,26 por dia. O instituto classifica como pobreza extrema, indivíduos que vivem com menos de R\$10,80 diariamente. Sendo assim, para esta pesquisa, serão utilizados dois termos para representar pobreza: classe baixa e baixa renda.

Para análise dos dados produzidos através da pesquisa documental e entrevistas semi-estruturadas, ancoro-me na teoria desenvolvida no livro *Análise de Conteúdo*, escrito por Laurence Bardin, em suas palavras, "não existe uma receita pronta, mas apontam-se algumas regras

de base que devem ser: homogêneas; exaustivas; exclusivas e objetivas; adequadas ou pertinentes” (BARDIN, 2011, p. 48).

Bardin (2011) aponta três passos para a realização de um processo analítico: a) o primeiro é a pré-análise, que nesta pesquisa, possuiu um papel fundamental mediante a realização de análise e investigação de documentos institucionais da UFRGS que implementaram o ERE incluindo as Portarias Oficiais da universidade que alteraram as propostas de Políticas de Assistências Estudantil a partir da pandemia de COVID-19. Nesta etapa, também foi feita a transcrição manual das entrevistas, que foram realizadas com as participantes da pesquisa. Com isso, neste processo foi possível realizar a “leitura flutuante” dos documentos e do conteúdo das entrevistas, buscando relacioná-los com o principal objetivo da pesquisa: Como os estudantes de graduação de classe popular da UFRGS vivenciaram as Políticas de Assistência Estudantil durante o ERE?.

Posteriormente, no segundo momento da análise, foi realizada a exploração dos dados com o objetivo de fazer a distinção dos conteúdos a fim de selecionar suas especificidades, recorrência e sistematizá-los a partir de uma análise pertinente dos conceitos expressos. A partir deste processo, foram estabelecidas cinco categorias de análise: a) transformação dos contextos de estudo; b) dificuldade de acesso à tecnologia; c) saúde mental; d) efetividade das Políticas de Assistência Estudantil; e) impacto da pandemia na formação acadêmica.

A terceira fase da análise refere-se ao tratamento dos dados, momento em que serão realizadas as inferências e interpretações sobre os dados produzidos através da análise documental e das entrevistas, que serão desenvolvidas no próximo capítulo.

4. ANÁLISE DOS DADOS

4.1 Pesquisa documental

a) Ensino remoto emergencial: implementação

Neste capítulo são apresentadas as informações obtidas através da pesquisa documental que visa construir um percurso da implementação do Ensino Remoto Emergencial durante a pandemia de COVID-19. O efeito da pandemia de coronavírus, que se iniciou em outro continente, chegou às Américas, foi sentido na Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), no início das aulas em março de 2020. Aos estudantes que iniciaram sua trajetória acadêmica naquele ano, foi possível que assistissem somente uma semana de aula presencial, posteriormente foram liberados para intensificar as medidas de prevenção da transmissão da COVID-19, considerando as recomendações do Ministério da Saúde estabelecidas pela Lei nº 13 979, de 6 de fevereiro de 2020.

A partir da portaria do MEC nº 1.030, iniciaram-se as substituições de aulas presenciais por atividades que utilizem recursos digitais em todas as instituições federais. A regulamentação do Ensino Remoto de Emergência (ERE) na UFRGS se desenvolveu de forma conjunta através da parceria do Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão, e da Secretaria de Educação a Distância (Sead). No entanto este processo foi moroso, somente em junho de 2020 quando por deliberação da portaria nº 544, decidiu-se pela suspensão das atividades acadêmicas presenciais e mudança para atividades de ensino remoto emergencial, mediado por tecnologia digital (DOU, 2020). Na UFRGS, o início do ERE demorou a começar, por conta da postergação de 1 (um) semestre letivo pelas expectativas criadas para o início do semestre de forma presencial. A resolução nº 025 de 27 de julho de 2020 foi aprovada na UFRGS propondo a adoção do ERE para o ensino de graduação, no período letivo de 2020/1 em todos os cursos.

O Ensino Remoto Emergencial (ERE), foi adotado por instituições de ensino do mundo todo por consequência da pandemia de COVID-19, mas ninguém, nem mesmo os professores que já adotavam as redes nas suas práticas, imaginavam que seria necessária uma mudança tão rápida e emergencial, de forma quase obrigatória, devido à expansão da pandemia. Na realidade, com a chegada repentina do vírus, as instituições educativas e os professores foram submetidos a adotar práticas de ensino a distância, práticas de ensino remoto de emergência, muito diferentes das práticas de uma educação presencial na qual era costumeiro a aquisição do conhecimento pelas relações que se tinha.

Ao longo do semestre torna-se evidente o avanço da pandemia no país, segundo a página da Secretaria da Saúde do Estado (SES/RS), somente no Rio Grande do Sul, até o limiar desta pesquisa

foram mais de 39.000 (trinta e nove mil) mortes em decorrência de complicações ao contrair o vírus, o que acarretou em unidades de saúde superlotadas, no aumento de casos diariamente e falta de leitos em hospitais, o que só justificou a permanência do ERE por tempo indeterminado ao longo da pandemia de COVID-19.

Na UFRGS, dia 19 de agosto de 2020, os estudantes dos cursos de graduação retomam de forma virtual o primeiro semestre letivo no Ensino Remoto Emergencial (ERE). Devido à pandemia do novo coronavírus, o semestre letivo ficou suspenso, com a comunidade acadêmica atuando em medidas de enfrentamento à COVID-19 e às suas consequências na sociedade. Entre as regulamentações acadêmicas aplicadas para minimizar os prejuízos na aprendizagem de estudantes durante este período, foi realizada a ampliação do prazo para o cancelamento de disciplinas até uma semana antes do encerramento do semestre letivo. Também foi adotado o Vínculo Acadêmico para estudantes vinculados somente à disciplina - Vínculo Acadêmico-ERE 2020/1 (zero crédito e sem carga horária), que contribuiu para que o aluno que não consiga participar das aulas possa ter sua matrícula assegurada. A frequência integral dos alunos matriculados no período da pandemia foi medida conforme a avaliação e o acompanhamento docente, sendo que ficaria restrito às avaliações somente aos conceitos (A,B,C ou D), não sendo possível a reprovação pelo excesso de faltas (FF). Neste período houve uma grande mobilização por parte dos docentes, técnicos e discentes para elaboração de um novo planejamento educacional, reorganizando as disciplinas e as formas de trabalho, também aprendizagens tecnológicas através de cursos online foram adotadas na formação de professores e alunos. O Ambiente Virtual de Aprendizagem (AVA) cada vez mais era solicitado, com o surgimento da pandemia tornou-se essencial saber conduzir uma aula por meio das plataformas online. A UFRGS, já contava com sites e parcerias que contribuam no momento da pandemia para o acesso aos conteúdos das disciplinas, como o Moodle⁷ uma plataforma utilizada por alunos e professores como ferramenta de apoio ao ensino a distância - EAD. Também novas ferramentas foram adotadas durante este período, plataformas que possibilitam a comunicação virtual através de reuniões e webconferências como Microsoft Teams, Google Meet⁸ e Mconf UFRGS.

Além destas mudanças necessárias exigirem uma flexibilidade administrativa, também exigiram muita colaboração e compreensão da comunidade acadêmica composta aproximadamente por 29.000 (vinte e nove mil) alunos, 2.000 (dois mil) professores atuantes em mais de 90 (noventa) cursos de graduação, em relação aos alunos beneficiários que obtiveram o ingresso pelo sistema de cotas, em 2020 somava-se o total de 3.710, conforme indica o painel de dados da Assistência

⁷ Plataforma de acesso aos conteúdos das disciplinas matriculadas na graduação.

⁸ As ferramentas digitais Microsoft Teams e Google Meet foram adotadas como recursos para aprendizagem durante a pandemia de Covid-19.

Estudantil na UFRGS. Também dada a realidade dos discentes na universidade foi pensado junto com a comunidade acadêmica sobre a falta de acesso do público de baixa renda as aulas virtuais via internet. Como medida para minimizar estas dificuldades que se apresentaram durante a elaboração do ERE, o Grupo de Trabalho (GT) Milton Santos, gerenciado pela Coordenadoria de Ações Afirmativas (CAF) com a colaboração da Secretaria de Educação a Distância (Sead), contribuiu pensando em soluções de conectividade para os estudantes beneficiários PRAE, visando a inserção de possibilidades para combater a exclusão digital, a fim de disponibilizar locais seguros com pontos de acesso a internet perto dos estudantes. O GT também disponibilizou acesso para estudantes indígenas perto das suas comunidades. Mas esta medida somente não foi suficiente para garantir as novas necessidades ligadas ao momento emergencial da pandemia, adaptações precisaram ser feitas para o ensino, principalmente a fim de acolher os deslocamentos possíveis e atender efetivamente a demanda e o perfil dos estudantes ingressos pelo sistema de cotas. No próximo capítulo, são apresentadas as adaptações nas Políticas de Assistência Estudantil propostas pela UFRGS relativas ao período de pandemia.

b) PNAES Implementadas Na UFRGS durante a Pandemia de COVID-19

A busca de equidade e apoio à permanência dos estudantes da graduação se fizeram presentes nas iniciativas da universidade de natureza normativa, também nas ações institucionais e acadêmicas adotadas no período da pandemia. Enquanto eram elaboradas as atividades de ensino e os novos planos de aula, a universidade manteve-se ativa nas ações para minimizar as dificuldades vindas das diferentes realidades dos alunos de graduação. Dispondo de adaptações extraordinárias e transitórias do Programa de Benefícios PRAE, inclusive Moradia Estudantil, e do Programa de Bolsas PRAE durante o período de emergência em saúde para contenção da COVID-19.

A Pró-Reitoria de Assuntos Estudantis (Prae), disponibilizou aos alunos beneficiários, editais com um Plano de Assistência Estudantil Emergencial para auxílio à alimentação, ao acesso à internet e à compra de equipamentos eletrônicos que ajudassem no acesso às aulas, assim como tablets ou computadores. A primeira ação proposta no Edital PRAE de 2020/1 apresenta a vigência da Portaria nº 3326 de 19/06/2020, que realizou a suspensão provisória do pagamento do benefício de Auxílio-Transporte aos estudantes inscritos no programa, também os benefícios de Bolsa Aperfeiçoamento e Auxílio Eventos que dependiam das matrículas presenciais. A partir desta decisão foi encaminhado o pagamento de R\$300,00 (trezentos reais), para o Auxílio Emergencial Alimentação, determinado aos alunos já cadastrados no programa no semestre vigente. Exceto aos estudantes que permaneceram recebendo as refeições fornecidas pelos Restaurantes Universitários

(RU) neste período. Também foi instituído, o Auxílio Emergencial Inclusão Digital-Acesso à Internet, no valor de R\$ 70,00 (setenta reais) mensais a todos estudantes beneficiários PRAE que teve a matrícula realizada no semestre vigente do edital exceto aos que optaram por continuar recebendo o Auxílio Material Estudante no valor de R\$ 180,00 (cento e trinta reais) semestralmente. O edital salienta que fica impedido aos estudantes vinculados somente à disciplina Vínculo Acadêmico-ERE 2020/1, os pagamentos dos benefícios do Programa de Benefícios da PRAE, exceto aqueles cuja finalidade está diretamente ligada à participação em atividades de ensino remoto, quais sejam: auxílio emergencial inclusão digital-internet, auxílio emergencial inclusão digital-tablet e auxílio material de ensino (PRAE, 2020).

Em relação aos beneficiários que residem nas casas de estudantes da UFRGS, foram aplicadas novas medidas de adaptação aos tempos de pandemia. Ainda no primeiro edital lançado pela PRAE foi estabelecido a suspensão de ingresso de novos beneficiários na Casa de Estudante Universitário (CEU) enquanto persistisse a necessidade de distanciamento social, esta ação tinha como intenção a contenção do vírus, permitindo a substituição da vaga física por Auxílio-Moradia Temporário nos seguintes casos:

- I. Concorrentes pelo Edital 03/2020 (novos beneficiários): desde que comprovem estar afastados da residência familiar de origem, apresentando contrato de aluguel vigente;
- II. Beneficiários que se afastaram das Moradias Estudantis no início da pandemia: desde precisem retornar à sede do curso para atividades necessariamente presenciais, mediante a devida comprovação (RS, 2020, p.2).

Além disso, foi mantido o benefício Alimentação (RU) para os estudantes que permanecem nas Moradias Estudantis exclusivamente através da modalidade de fornecimento de refeições prontas e embaladas distribuídas pelo restaurante universitário do campus mais próximo. No mais, os benefícios Auxílio-Saúde, Auxílio-Creche, Auxílio-Moradia e Auxílio Alimentação Final de Semana, inicialmente foram mantidos, posteriormente foi incluído pela portaria nº 3973/2020 a conversão do Auxílio Alimentação Final de Semana destinado aos moradores da Casa do Estudante Universitário (CEU) e aos usuários de Auxílio-Moradia, através do Auxílio Emergencial COVID-19 - Moradores, o aumento do valor de R\$160,00 (cento e sessenta reais) para R\$ 200,00 (duzentos reais).

No decorrer da pandemia, os RUs não foram mais abertos devido ao encerramento do contrato com a empresa terceirizada que prestava o serviço, com isso todos os estudantes que residiam nas moradias estudantis passaram a receber o Auxílio-Refeição. Ao fim do semestre foi realizada uma pesquisa a fim de acompanhar o nível de satisfação dos usuários do Programa de Benefícios da PRAE. A consulta teve a especificidade de estar avaliando um ano atípico para todos

os estudantes, que foi o ano de 2020, atingido pela pandemia da COVID-19, que causou uma suspensão temporária das aulas e, no retorno, o estabelecimento do Ensino Remoto Emergencial. O questionário teve a intenção de avaliar as Políticas de Assistência implementadas durante o período, se estas atingiram ou não as necessidades acadêmicas dos 1.044 estudantes que responderam a pesquisa, total de 28,1% relativos a somatória de alunos beneficiários PRAE em 2020. Foi acompanhado pela pesquisa os 13 benefícios e suas adaptações propostas para este ano, neste caso foi apontado que o benefício mais solicitado e utilizado pelos estudantes foram o Auxílio Emergencial Alimentação com 93,4% e o Auxílio Inclusão Digital – acesso à internet com 88,2% de uso.

Já em 2021, algumas modificações aconteceram a partir da projeção da volta para o ensino presencial. O Programa de Benefícios PRAE lançou um novo edital, promovendo o retorno de alguns benefícios como o Auxílio-Material voltado a todos os beneficiários vinculados ao semestre vigente e o Auxílio-Transporte que antes havia a comprovação de frequência presencial na universidade, agora já não é mais solicitada. Ainda sim, alguns benefícios não foram mantidos para o ano base, como referido na tabela abaixo:

Quadro 1 - Benefícios concedidos aos beneficiários PRAE e as adaptações feitas para o período emergencial da pandemia de COVID-19:

Benefício	Informações	2020	Alterações PRAE	2021
Restaurante Universitário (RU)	Alunos beneficiários PRAE têm direito à isenção do pagamento das refeições nos Restaurantes Universitários. Todos os beneficiários têm direito ao almoço e ao jantar de segunda-feira à sexta-feira, e os moradores das Casas do Estudante têm direito ao café da manhã.	Alterado	a) Auxílio Emergencial Alimentação: concedido durante o período de pandemia, no valor de R\$300 mensais; b) Auxílio Marmitas RU: concedidas durante o período de pandemia para estudantes moradores das Casas do Estudantes e estudantes beneficiários que optaram por receber as marmitas prontas em vez do Auxílio Emergencial Alimentação	Mantido
Auxílio Transporte	Alunos beneficiários PRAE têm direito ao auxílio-financeiro mensal para custear parte das despesas do estudante com deslocamento para atividades acadêmicas regulares durante o período letivo.	Suspensão		Retomado

Auxílio Material de Ensino (AME)	O Programa de Benefícios PRAE fornece auxílio-financeiro semestral para custear parte das despesas do estudante com material de consumo para as atividades de ensino.	Mantido ⁹		Retomado
Auxílio Material de Ensino (AME) Odontologia	concedido semestralmente, com valor variável, exclusivamente para os estudantes do curso de odontologia;	Mantido		Mantido
Programa Saúde: acolhimento em saúde mental	O serviço de psicologia disponibiliza aos estudantes vinculados ao programa de benefícios da assistência estudantil um trabalho de acolhimento e orientação individual em saúde mental.	Mantido		Mantido
Núcleo de Assistência Nutricional (NAN)	O Núcleo de Assistência Nutricional da UFRGS tem como objetivo promover saúde nutricional nos espaços da Universidade. Com o propósito de sedimentar as múltiplas facetas da Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) e contribuir para a construção do conceito das Universidade Saudáveis no Brasil.	Mantido		Mantido
Auxílio Alimentação	Para moradores das Casas dos Estudantes e para os beneficiários do Auxílio-Moradia, é oferecido um Auxílio-Alimentação final de semana para custear parte das despesas do estudante com alimentação durante os finais de semana.	Mantido		Mantido
Auxílio Moradia Estudantil	O benefício de moradia estudantil é concedido em duas modalidades: vaga na Casa do Estudante Universitário ou Auxílio-Moradia temporário, com a finalidade de custear parte das despesas do estudante com moradia durante um ano.	Mantido	concedido no valor de R\$450 mensais;	Mantido

⁹ Somente para alunos beneficiários que optarem por não receber o Auxílio-Emergencial Inclusão Digital Internet.

Auxílio Extraordinário	A PRAE fornece auxílio-financeiro para alunos com alguma situação de vulnerabilidade extrema, grave ameaça ou risco que esteja interferindo na sua capacidade de participação nas atividades acadêmicas e que não tenha sido atendida pelos demais editais da PRAE em razão de fechamento dos prazos de inscrição.	Suspensão		Suspensão
Auxílio Creche	Para os alunos beneficiários que sejam responsáveis legais por crianças de até 05 anos, 11 meses e 29 dias de idade, a PRAE fornece auxílio financeiro mensal para custear parte das despesas do estudante com a criança.	Mantido	concedido, para estudantes com filhos menores de 6 anos, no valor de R\$250 mensais;	Mantido
Bolsa Aperfeiçoamento: Benefício	O aluno beneficiário PRAE pode ter uma experiência profissional, com contrapartida financeira, em nível técnico e administrativo desenvolvida nos setores da Universidade.	Suspensão		Suspensão
Auxílio Eventos	Os auxílios-financeiros concedidos pela PRAE são destinados a estudantes dos cursos de graduação da UFRGS que necessitam de apoio financeiro para poderem organizar ou participar de eventos extracurriculares de caráter acadêmico, esportivo ou cultural.	Suspensão		Suspensão
Núcleo de Inclusão e Acessibilidade (INCLUIR):	oferta de serviços de acessibilidade e acompanhamento.	Mantido		Mantido
			Auxílio Emergencial Inclusão Digital - acesso à internet: concedido durante o período de pandemia, no valor de R\$70 mensais;	Mantido
			Auxílio Emergencial Inclusão Digital – tablet: concedido durante o período de pandemia, em parcela única no valor de R\$360, para ajudar a custear a compra de um aparelho eletrônico para viabilizar acesso às aulas remotas;	Mantido

			Auxílio Emergencial COVID-19: concedido, aos estudantes moradores das Casas do Estudantes e do auxílio moradia, durante o período de pandemia, no valor de R\$200 mensais;	Mantido
--	--	--	--	---------

Fonte: Elaboração própria.

4.2 Entrevistas semi-estruturadas

a) Quem são os entrevistados deste estudo?

Antes de apresentar a análise dos dados propriamente dita, opto por discorrer sobre quem foram os sujeitos que responderam à entrevista semi-estruturada. Na busca do público alvo da pesquisa foram localizadas 6 estudantes de graduação, do Curso de Pedagogia da UFRGS, que ingressaram por cotas de restrição de renda e utilizaram os benefícios PRAE durante a pandemia de COVID-19. A dificuldade em encontrar esses estudantes se deu por diversos fatores, mas o principal está relacionado ao difícil acesso de pessoas de baixa renda nas universidades públicas. Um dos motivos mencionado pelas entrevistadas é o fato de que a comprovação de renda inferior a 1,5 salário mínimo seja feita através de documentos comprobatórios de renda muito detalhados e rígidos, o que gera impasses para o ingresso dos estudantes de baixa renda. Além disso, um outro empecilho encontrado para elaboração da pesquisa ao atingir o público alvo, se deu pelo fato de diversos estudantes de baixa renda ao ingressarem na universidade possuem matrícula de forma provisória durante a graduação sendo analisada depois de um longo período, a partir de um novo processo de análise, burocrático e que pode gerar a exclusão de sua matrícula deste estudante. Com isso, são poucos estudantes de baixa renda que de fato conseguem ingressar na universidade, pois esta é uma possibilidade muito restrita e ainda rígida com estes usuários destas políticas. Estes e diversos outros fatores fazem com que exista um número baixo de alunos beneficiários PRAE.

O grupo que respondeu a esta pesquisa foi composto por seis mulheres estudantes, sendo que quatro delas se autodeclararam negras e as outras duas como brancas. Este recorte, apontado pela pesquisa, retrata a população de classe popular que, majoritariamente em relação às políticas públicas de assistência, são direcionadas às pessoas negras. Pois, ao longo da história do país, essa é a parcela da população que menos possui acesso a direitos básicos, assim como acesso à Educação Superior.

As estudantes entrevistadas foram selecionadas por proximidade, a partir do contato da pesquisadora com campos da universidade, tal como o diretório acadêmico, a Pró-reitoria de Assuntos Estudantis e as relações com estudantes e com professores da graduação. As estudantes

estão, em sua maioria, cursando o sétimo, o oitavo ou o nono semestre do curso de Pedagogia. Estudantes mulheres, esta relação de gênero na docência atravessa o processo de formação de professores. Esta se apresenta como uma das particularidades do curso, que de forma "natural" cristalizou-se sendo ocupado por pessoas do gênero feminino. Este processo vem sofrendo mudanças na contemporaneidade, mas ainda é possível notar uma maioria de alunas nos cursos de pedagogia. Vinícius Rangel (2016), em uma pesquisa sobre as relações de gênero na pedagogia, estuda como alguns estudantes universitários do sexo masculino percebem, ao longo de suas trajetórias de graduação, as noções de cuidado, afetividade e atenção que, geralmente, é associado ligado ao gênero feminino. Segundo Rangel, fica claro ao longo das entrevistas que para os alunos da graduação, as noções de gênero relacionadas à pedagogia estão aliados a princípios históricos que na época faziam sentido. Contudo, incorporá-los na sociedade atual não traz benefício nenhum para o desenvolvimento dos alunos, dos pais e até mesmo dos educadores. Trago esta breve reflexão para justificar o quanto há muito a ser debatido e pesquisado no campo da pedagogia sobre as relações de gênero que, conforme apresentado no perfil das entrevistas, ainda está presente na docência contemporânea.

Pensando nisso, apresentei o perfil das estudantes para que mais à frente fique de fácil compreensão, seus depoimentos e respostas sobre as Políticas de Assistência Estudantil, implementadas durante a pandemia de COVID-19. Suas interpretações sobre este período, também variam de acordo com seu lugar na sociedade, com as interseccionalidades que as diferem e com as suas vivências durante a pandemia. Dentre as mulheres que compõem este estudo, existem mães, filhas, educadoras com grande experiência em suas áreas de trabalho e iniciantes na profissão. Estudantes que, de diferentes formas, passam pela pandemia, a partir de suas realidades e relações durante este momento. Por isso, a importância da entrevista semi-estruturada, para que através dos diferentes olhares sobre as Políticas de Assistência Estudantil, adaptadas durante o período pandêmico, seja possível compreender como estas estudantes observaram este momento com base nas dificuldades que tiveram para permanecer na universidade pública durante a pandemia de COVID-19.

Neste capítulo apresento a análise dos dados produzidos através da pesquisa documental e das entrevistas semi-estruturadas baseando-me em cinco categorias de análise, a partir do uso da metodologia da análise de conteúdo (BARDIN, 2011): a) transformação dos contextos de estudo; b) dificuldade de acesso à tecnologia; c) saúde mental; d) efetividade das Políticas de Assistência Estudantil; e) impacto da pandemia na formação acadêmica.

Para a realização das entrevistas, as perguntas foram baseadas na pesquisa documental, sendo que esta fase do estudo foi fundamental para a noção do desenvolvimento de forma sequencial das

ações elaboradas pela universidade visando à permanência do estudante cotista em meio a pandemia de COVID-19.

Quadro 2 - Categorias de análise.

CATEGORIA	Páginas
5.1 Transformação de contexto de estudo	40 - 42
5.2 Dificuldade de acesso à tecnologia	42 - 43
5.3 Saúde mental	43 - 45
5.4 Efetividade nas Políticas de Assistência Estudantil	45 - 48
5.5 Impacto da pandemia na formação acadêmica	49 - 50

Fonte: Elaboração própria, 2023.

b) Transformação do contexto de estudo

Desde o início da pandemia de Covid-19, no âmbito educativo, uma das primeiras preocupações esteve relacionada às mudanças que seriam necessárias para as novas vivências sociais a partir deste momento. Em vista disso, a primeira categoria desta análise é justamente sobre as “transformações dos contextos de estudo”, em que é possível observar o reconhecimento deste aspecto pelas participantes da pesquisa em suas narrativas iniciais - experiências que a partir da pandemia mudaram seus hábitos de estudos, acerca desta perspectiva., Uma das participantes da pesquisa ajuda a desvelar a relação entre a pandemia e os contextos de estudo para alunos de baixa renda na graduação ao afirmar que,

Eu acredito que desde o início tenha sido bem difícil, porque eu acho muito complexo tu saber utilizar o mesmo espaço como espaço de lazer, descanso, estudo e trabalho. Porque acredito que a gente tenha muito esse viés na Universidade como o trabalho pelo sistema no qual a gente vive, então foi bem negativo, a influência da pandemia em meus estudos. Porque foi muito complicado saber diferenciar os momentos. Às vezes eu ia pra aula de pijama e eu estava super cansada, não tinha ânimo de estar na aula porque eu não aguentava mais estar em casa. Aquele ambiente como ambiente de trabalho, isso tudo misturado (Entrevistada 1).

Neste trecho a estudante aborda o quanto as condições de estudo durante a pandemia afetaram seu desempenho na graduação, pois segundo ela não foi possível diferenciar os espaços de

trabalho, lazer, descanso e estudo. Além disso, a estudante relata que durante o isolamento social foi complexo distinguir todos estes afazeres com a sua rotina e isso contribuía para que não se sentisse bem em casa, Nadja Hermann (2020, p. 5), no artigo elaborado para a revista Educação e Realidade, chamado A aprendizagem na dor, explica que esta condição: “Faz parte da estrutura da experiência a frustração de muitas expectativas, sendo, de certo modo, uma aprendizagem da decepção, o que a torna dolorosa. Outras participantes da pesquisa também abordam o tema durante a entrevista, em sua maioria retratando as dificuldades encontradas para permanecer no mesmo ambiente desenvolvendo múltiplas atividades diferentes, também relacionam estas dificuldades a divisão do espaço com a família em tempo integral devido ao contexto de baixa renda.

A entrevistada 2, complementa explicando sobre o espaço de estudo compartilhado durante a pandemia, falando sobre a dificuldade em gerenciar os afazeres e as preocupações diárias,

Olha, no início foi bem difícil, eu tava de casa e não era só eu que tava tendo que estudar em casa era minha mãe, minha irmã, meu irmão, que cancelou a faculdade nesta época, todo mundo em casa, era muito difícil de gerenciar tudo isso. A gente não tinha espaço em casa e o computador era somente um para compartilhar com cinco pessoas (Entrevistada 2).

Tais experiências, que levaram a modificações durante a pandemia, foram partilhadas por toda a sociedade, no entanto, somente as pessoas de baixa renda depararam-se com dificuldades em gerenciar seus espaços durante este período. Isso aconteceu, pois as pessoas foram obrigadas a passar pelo isolamento social, mas nem todas possuíam as mesmas condições de trabalho e de estudo para passar pela pandemia de forma favorável em suas residências. Este fato é possível de ser verificado nas falas das entrevistadas, ao relatarem suas dificuldades e tensões em vivenciar este momento. Esta realidade demonstra o quanto as condições sociais são desiguais, dependendo dos contextos e dos sujeitos. Ao refletir sobre o tema, Zago (2006, p. 231-239) entende que buscar a compreensão geral das injustiças socioeconômicas é fundamental, não somente para subscrever sua compreensão geral, mas também para formar um compromisso com o igualitarismo. Por isso a necessidade de distinguir vivências, principalmente em contextos de pessoas de baixa renda que possuem vulnerabilidades diferentes que modificam suas trajetórias.

Para ampliar o debate sobre os aspectos trazidos pelas entrevistadas durante o isolamento social sobre as transformações de contextos a partir da pandemia, são citados pela estudantes questões que desencadearam comprometimentos nos seus estudos durante a graduação, como por exemplo as condições de moradia. Ao longo das entrevistas surgiram diversas respostas afirmando que além de o ambiente doméstico das entrevistadas não ser próprio para estudo, também não favorecia o aprendizado, pois como as estudantes relataram, não foi possível organizar uma rotina própria para os estudos graças a falta de um espaço privativo e particular. Outro aspecto citado a

partir do relato das estudantes sobre o tema é o fato de que o Ensino Remoto Emergencial (ERE), não foi suficiente para garantir um aprendizado pleno, como no exemplo seguinte da entrevistada 2:

Chegou um momento que eu não aguentava mais ver as pessoas pela tela e enfim queria ver as pessoas pessoalmente e acho que dá um sentimento de solidão assim por mais que tu fale com as pessoas todos os dias e tenha pessoas próximas ali dá um sentimento de solidão porque tu não está trocando presencialmente. Então esse aspecto pra mim dificultou bastante porque pra mim é muito importante essa troca, sabe? Pra mim é muito importante que a gente, principalmente num curso de pedagogia a gente tenha essa troca presencial de poder debater, enfim, fazer essa essa questão mais ligada a corporalidade que a gente tem (Entrevistada 2).

A partir desse relato fica claro que o ensino durante a pandemia não atingiu as expectativas da estudante, principalmente quando comparado ao ensino presencial. Hermann (2020, p. 5), explica esta condição:

A exclusividade do ensino remoto foi circunstancial, mas evidenciou, contra um contentamento ingênuo e, às vezes eufórico, que a formação exige, além do confronto do sujeito consigo mesmo, o encontro com os outros na perspectiva de amadurecimento da própria identidade, capacidade de deliberação e abertura ao outro. Demonstrou de forma inequívoca o quanto interação e educação se relacionam.

A interação durante a pandemia foi um dos pontos determinantes para a transformação do contexto e da realidade dos estudantes durante este período. Foi a falta de interação o que consumou que o ERE fosse o ensino voltado para a realização de leituras, com trabalhos individuais, poucas trocas e com menos dinâmicas de grupo. Bem diferente da realidade que os estudantes das universidades públicas estavam acostumados no ensino presencial. Assim como mencionado no relato das estudantes, o curso de pedagogia se faz das trocas, dos debates e das ações em conjunto, que mesmo existindo de forma remota, não foram suficientes para suprir estas necessidades do curso.

c) Dificuldade de acesso à tecnologia

A segunda categoria de análise tem o objetivo de chamar a atenção para as dificuldades encontradas pelas estudantes de graduação do Curso de Pedagogia para ter acesso às tecnologias durante o período do ERE. Ao falar sobre o tema, uma das participantes destaca,

Eu tive pouco acesso à internet. Eu só consegui ter acesso à internet quando a UFRGS começou a me pagar e eu não tinha nenhum notebook nem computador e isso foi bem prejudicial para mim. Eu fui conseguir um notebook no final da pandemia. (Estudante 3).

A partir deste relato é possível observar como a pandemia de COVID-19 contribuiu para o aumento das desigualdades sociais, principalmente quando analisamos a educação pública no Ensino

Superior. Para Santos (2016), as diferenças são inerentes à sociedade, mas não podem ser vistas como empecilhos ou barreiras para intensificar as desigualdades. Na pandemia, a tecnologia foi um dos demarcadores de classe social, pois determinava as formas de acesso das pessoas às tecnologias.

Uma das principais dificuldades considerada pelas estudantes é a falta de acesso à internet, especificamente no início da pandemia, pois como o mencionado, a UFRGS demorou em média dois meses para avançar nos processos de como seriam os auxílios pagos para os beneficiários PRAE. A primeira parcela paga dos benefícios para acessar as aulas iniciou depois do começo das aulas no ERE, seis meses depois do início do isolamento social. Outra dificuldade apresentada pelas estudantes é a do acesso a equipamentos específicos para estudo e de qualidade para acessar as aulas e fazer a leitura de textos, como computadores e notebooks. Muitas estudantes possuíam somente o celular para uso individual, este também deveria servir para acessar as aulas, fazer trabalhos e leituras.

Em uma análise sobre as narrativas da pandemia e o adoecimento social, Raquel Alvarenga Sena Venera e Camila Aloisio Alves (2020, p. 1), falam sobre a ampliação do uso das tecnologias para além da vida social, através da imposição do mundo do trabalho, ao afirmarem que “Ao mesmo tempo escancaram-se as desigualdades de acesso a essas mesmas tecnologias e aprofundam as diferenças sociais de grupos”. Neste sentido, a falta de acesso às tecnologias, a internet para estar em um ambiente que lhe é garantido por direito, exclui e propaga a desigualdade social.

d) Saúde mental

Este é um dos temas que não estava previsto de ser analisado perante os objetivos da pesquisa, no entanto, foi uma dos que com mais frequência apareceu nas respostas das estudantes pesquisadas. Nesta categoria apresento a análise da perspectiva das estudantes de graduação em Pedagogia em relação à sua saúde mental, no período da pandemia em que elas cursaram o Ensino Remoto Emergencial-ERE. Para ampliar os horizontes sobre este problema, a Entrevistada 4 ajuda a desvelar a relação entre as mudanças abruptas e inesperadas da pandemia e a saúde mental,

No pior momento da pandemia eu tive acesso a ajuda psicológica via PRAE e isso foi fundamental, pois se não eu não iria aguentar. O meu problema foi no início do ano passado, final do ano retrasado que o meu tio faleceu. Ele teve covid e os meus primos vieram morar comigo e são três crianças uma de seis anos e gêmeos que tem um ano e sete meses então mudou totalmente a minha vida no geral até a acadêmica por conta da pandemia (Entrevistada 4).

Segundo Amaro (2006), a inclusão dos sujeitos na sociedade passa por diversas retomadas de direitos fundamentais e estruturantes na sociedade, este movimento é possível ser visualizado através da Políticas Públicas de Assistências Estudantil voltadas a assistência em saúde mental, no caso da UFRGS, através do Programa de Acolhimento em Saúde Mental e Auxílio em Saúde Mental. Esta ação da universidade é mencionada diversas vezes durante as entrevistas, em que várias estudantes falam sobre a importância do programa e como ele foi fundamental para sua permanência na universidade principalmente no momento da pandemia.

No entanto, outras estudantes revelam em suas entrevistas sobre a dificuldade que encontraram em acessar o programa e, mesmo depois de acessar o atendimento, não se sentiam contempladas, pois o valor ainda continuava acima do que muitas poderiam custear nas consultas com profissionais da área em saúde mental. Outro problema encontrado pelas estudantes foi o contato com o programa anterior a pandemia, que trouxe impactos em suas relações ao buscar o auxílio e benefícios direcionados à saúde mental. A entrevistada número 1, exemplifica esta situação em sua fala,

Por um tempo eu procurei ajuda profissional como psicoterapeuta e eu basicamente fui expulsa do consultório porque no momento da consulta com a terapeuta da PRAE, eu estava em silêncio porque eu não conseguia expressar e verbalizar o que eu estava sentindo, enfim isso faz um tempinho. Daí isso foi na época presencial e por causa disso eu não consegui me aproximar muito na época do remoto então pra mim foi meio difícil operar nesse sentido porque eu já tinha um meio como uma experiência ruim no presencial (Entrevistada 1).

A mesma estudante explica a diferença entre o Acolhimento em Saúde Mental e o benefício de Assistência à Saúde Mental:

Depois da pandemia tive uma outra experiência com a PRAE, fui encaminhada para outra psicóloga, inclusive eu fiz essa fala da colega dela numa sessão e ela me encaminhou pra receber o benefício de auxílio saúde mental porque o acolhimento é diferente de auxílio que a gente tem que ir ali na PRAE e daí se eles acham que precisa de terapia eles te dão um valor mensal para custear (Entrevistada 1).

Ainda dissertando sobre o tema, as alunas especificam como a pandemia de COVID-19 intensificou os problemas psicológicos principalmente relacionados ao convívio social e no caso das estudantes, em sua relação com a graduação. Quando questionado às estudantes se de alguma forma o recebimento do auxílio contribuiu para sua permanência na universidade, a Entrevistada 1 responde:

Pra minha permanência dentro da universidade sim, porque assim eu acho que terapia é pra todos sempre, mas na pandemia essa necessidade se intensificou porque teve muito caso de

suicídio. As pessoas não aguentavam mais se olhar no espelho começou a surgir um problema interno que antes não existia e conseqüentemente uma auto sabotagem em relação a universidade, então sim, pra mim, foi primordial pra que eu pudesse ter uma permanência afetiva na universidade (Entrevistada 1).

Neste trecho a estudante faz considerações importantes sobre o momento da pandemia, sobre a vulnerabilidade humana e como as políticas de assistência estudantil têm impacto positivo na permanência dos estudantes de baixa renda. Principalmente quando respondem a um momento que aumenta as desigualdades e reafirma a fragilidade de cada sujeito. Neste sentido, as políticas de permanência voltadas à saúde mental foram essenciais durante a pandemia para diminuir as lacunas deixadas pela pandemia de COVID-19, ainda que não estivessem disponíveis a todos que precisavam delas.

e) Efetividade nas Políticas de Assistência Estudantil

Ao longo da pesquisa, muitos eixos ampliaram ou simplesmente não foram mencionados durante as entrevistas. A ênfase nas Políticas de Assistência Estudantil sempre foi idealizada ao longo da produção desta pesquisa, da mesma forma foi um dos temas mais recorrentes na maioria das falas das estudantes entrevistadas. Através da análise documental foi possível compreender quais políticas no cenário da pandemia de COVID-19 foram alteradas, suspensas ou continuaram suas ações e qual impacto essa mudança traz para as estudantes que responderam o estudo. Falarei dos três principais benefícios para estudantes PRAE, que através da pandemia passaram a existir. O primeiro benefício é o Auxílio Alimentação, que de modo geral, foi o benefício mais utilizado por todas as estudantes. Quando abordado este benefício relacionado ao aspecto da permanência, as estudantes revelam que não foi devido ao recebimento do benefício que permaneceram na universidade durante a pandemia, como explica a entrevistada 6

Não, não permaneci na universidade graças auxílio da PRAE porque os auxílio deles eram muito pouco, então para pagar a internet pagar alimentação esse valor não daria. Foi por causa que eu tinha mais uma bolsa e porque eu recebi o Auxílio Emergencial do governo e depois no final de 2021 eu saí da bolsa, pois eu consegui um estágio na Prefeitura onde eu receberia mais 400,00 reais. Então fiquei com o estágio e com os auxílios que eu recebia da UFRGS, mas se fosse só com os auxílios da UFRGS você não consegue se manter porque é um valor ridículo, acho que era 300,0 reais de alimentação e 100,00 reais na internet. Acho que era mais ou menos isso. Quem é que gasta 300,00 reais em alimentação por mês? Não existe! (Entrevistada 6).

Além disso, a estudante explica como os recursos destinados à alimentação dos estudantes de baixa renda não foram suficientes para garantir todas as refeições feitas por ela ao longo de um mês.

Desta forma, durante a pandemia os estudantes de baixa renda passaram a adquirir novos benefícios do governo federal, além de diversificarem suas formas de trabalho durante a pandemia, esta ação em conjunto com o benefício de UFRGS tiveram impacto na permanência dos estudantes, mas somente os benefícios da Assistência Estudantil não conseguiriam tornar isso possível.

O segundo benefício que acredito que seja fundamental ser debatido ao longo desta análise é o Auxílio Emergencial Inclusão Digital, pois, de forma geral, quando este auxílio é citado pelas estudantes, é sempre mencionado como o valor disponibilizado para os beneficiários PRAE durante a pandemia para custear pacotes de internet e wifi foi inferior aos seus gastos com esta despesa. As estudantes relatam como reconhecem que o valor foi muito importante para que alunos da classe baixa obtivessem o acesso às aulas no ERE. No entanto, este valor foi insuficiente, fazendo com que elas tivessem que arcar com o restante da quantia para custear o valor total pago por elas na internet. Como afirma a entrevistada 5:

Acho que sim, apesar de que com valor da bolsa eu tinha que custear o restante então por exemplo a internet dava 80,00 reais e eu tinha 70,00 reais então eu pagava mais 10,00 reais com o valor da bolsa não é muito alto, mas 10 daqui e 10 dali.

A entrevistada 3 revela uma situação semelhante:

Assim, este auxílio dava para pagar 80% da minha internet, a internet custava de 90 a 100 reais eles davam 70,00. O restante a gente se dividia aqui em casa, mas deu para ajudar, não foi bom, foi regular, pois a UFRGS poderia dar 100,00.

Outra dimensão deste benefício é o fato de que se o estudante não possuísse outras formas de obter recursos financeiros durante a pandemia, não seria possível sua permanência na graduação durante o ERE. Visto que, através do depoimento das alunas é possível afirmar que este auxílio não sustentou a necessidade das estudantes, fazendo com que elas tivessem que buscar complementar esta despesa com recursos que poderiam ser direcionados para outras questões fundamentais, que também impactam em sua permanência na universidade, como a alimentação, gastos com saúde, entre outras.

O último benefício criado ao longo da pandemia de COVID-19 pela PRAE através da UFRGS na intenção de garantir a permanência dos estudantes de baixa renda foi o Auxílio Emergencial Inclusão Digital – tablet. Este auxílio é mencionado pelas estudantes de uma forma única, sendo este o que mais apresenta trâmites burocráticos e questões de mal entendimento das estudantes. Foi exposto por elas que além do valor do benefício ser baixo para custear um aparelho eletrônico para os estudos, este também demandava de uma comprovação que era inacessível principalmente no período da pandemia, pois as estudantes deveriam comprovar via nota fiscal sua

compra que não poderia ser superior ou inferior ao valor disponibilizado pela universidade.

Outra questão mencionada é a falta de aparelhos específicos para estudo, como por exemplo computadores e notebooks, o benefício foi direcionado a compra de um tablet, um recurso pouco utilizado por estudantes, pois é muito complexo para fazer trabalhos e escritas. Esse foi mais um motivo para a não adesão das estudantes ao auxílio. Estas questões são especificadas na fala da entrevistada 2 quando questionado se o auxílio foi suficiente para garantir o acesso às aulas online durante a pandemia:

Para pagar metade da minha internet porque não existe uma internet de 70,00 reais, não existe. Foi insuficiente para garantir o acesso às aulas online nem a leitura de textos. Era tudo bem difícil eu não conseguia ficar todo o tempo prestando atenção nas aulas porque duravam muito, então eu achei bem difícil este período. Só depois de uns dois a três meses que eu comprei o notebook, isso porque minha mãe tinha limite no cartão, imagina quem não tem esta possibilidade. (Entrevistada 2).

Nesta fala também fica visível o quanto o ERE foi um período de difícil aprendizado porque além dos estudantes de classe popular não possuem equipamentos eletrônicos específicos para o estudo, foi um período de incertezas em relação ao ensino e a aprendizagem. Muitos estudantes e professores no momento da pandemia viram-se sem preparo para esta situação, isso tornou a adaptação ao período mais intensa e dolorosa, fazendo com que as aulas, e o acesso a ela, fossem mais complexas do que de costume.

Agora debruço-me sobre as Políticas de Assistência que foram suspensas durante o período da pandemia de COVID-19, especificamente o Auxílio Transporte. Ao ser mencionado com as estudantes sobre a suspensão temporária do benefício, surgiram duas argumentações diferentes ao longo das entrevistas. A primeira está ligada ao fato das estudantes relacionarem o recebimento do Auxílio Alimentação ao Auxílio Transporte, pois conforme o que elas acreditam a suspensão de um benefício se deu para o pagamento de uma parte do valor destinado a outro. Estas mesmas estudantes dizem que ao longo do período da pandemia não tiveram necessidade de usar o transporte público, quando havia necessidade utilizavam transportes privados. No entanto, outras entrevistadas afirmaram o quanto a suspensão do Auxílio Transporte teve influência negativa em sua vida acadêmica e principalmente em sua permanência na universidade. A estudante entrevistada 1, conta como a suspensão deste benefício foi crucial para que ela não tivesse acesso a consultas médicas, idas ao trabalho, rotina que para ela permanecia normal ao longo da pandemia. Como ela menciona neste trecho:

Eu acho que a gente não teve passagem e daí pra mim foi complicado porque tipo não é porque a gente estava na pandemia que eu não tinha que ir em médico que eu não tinha que trabalhar, enfim várias coisas, por isso foi um pouco mais complexo (Entrevistada 1).

Outro aspecto mencionado pelas participantes, é o fato que muitas estudantes, principalmente as de classe popular passaram a trabalhar em empresas privadas ao longo da pandemia, para conseguir sustentar seus gastos durante este período. As estudantes afirmam que esta foi uma forma encontrada por elas de permanecer na graduação, pois os valores recebidos em benefícios não foram suficientes para mantê-las durante este período. Afirmam que o Auxílio Transporte fez diferença em seus casos, pois poderia ter viabilizado a passagem a baixo custo para estas estudantes que não tinham escolha de trabalhar ou não na pandemia.

As Políticas de Ação Afirmativa ligadas a pandemia de COVID-19 elaborada pela UFRGS e implementadas em conjunto com a PRAE foram essenciais no momento emergente vivido pelos estudantes. Foram estas assistências que contribuíram com um processo de adaptação dos estudantes em um período complexo, também auxiliaram na permanência dos estudantes. No entanto, estas mesmas políticas favoreceram as desigualdades sociais, propiciaram que estudantes de baixa renda não tivessem as mesmas condições de acesso às tecnologias, estudo e garantia de direitos. Por isso, as Políticas de Ação Afirmativa Estudantil não foram suficientes de acordo com a análise desta pesquisa para contribuir com o papel das políticas de permanência, conforme Nancy Fraser (2006), acredita que deva ser feito através de movimentos que incluam o reconhecimento e redistribuição em seu planejamento.

f) Impacto da pandemia na formação acadêmica

Esta última categoria pretende sistematizar como foi para as estudantes o impacto da pandemia em sua formação, as disciplinas que deixaram de fazer, as adaptações feitas por elas para conseguir ou não terminar a graduação em Pedagogia.. Ao longo da pandemia de COVID-19, passou a existir o Vínculo Acadêmico (VA), que tinha a intenção de fazer com que os estudantes não perdessem a matrícula durante este período, possibilitando que a matrícula fosse renovada de forma automática, sem a necessidade do estudante solicitá-la. No entanto, tão somente o VA foi o necessário para conter alguns percalços sofridos pelos estudantes a partir da pandemia. O primeiro mencionado pelas entrevistadas 1,4 e 6 é o fato que a UFRGS demorou em média seis meses para tomar decisões frente a como seria viabilizada o ensino de graduação na pandemia. Isso contribuiu para uma lacuna existente na vida das estudantes, também agravou incertezas para o período, já que durante este tempo às estudante não sentiam-se mais pertencentes a comunidade acadêmica. Quando questionado às entrevistadas se em algum momento da pandemia de COVID-19 elas chegaram a

pensar que não seria capaz de concluir a graduação, a entrevistada 1 responde:

Pensei, pensei que não seria capaz sim! E eu acho difícil encontrar alguém que não pensou, principalmente alguém de baixa renda. Principalmente pelo fato de que eu estava muito distante da realidade universitária, né? Eu acho que quando a gente tem aula no lugar onde a gente mora, sendo pessoas de baixa renda, a gente meio que esquece do que a gente conseguiu ali, né?

Neste aspecto trazido pela estudante é interessante observar como ela compreende que não só este momento foi negativo para sua formação, por estar sem os benefícios neste período. Mas sim, por ela ser uma estudante de baixa renda e para ela se distanciar tanto tempo da universidade foi perder a dimensão da conquista que para muitas pessoas de baixa renda é tão importante. Alain Coulon (2008), retrata esta realidade no livro intitulado “A condição de estudante: a entrada na vida universitária”, ao abordar etapas fundamentais e estruturantes para que os estudantes possam se afiliar à vida acadêmica. Em seu estudo, Coulon (2008) descreve que o estudante tem um “tempo de afiliação” e insiste sobre a interpretação que os estudantes possuem uma aquisição progressiva das regras do currículo em conjunto com a incorporação de novos hábitos de estudo. O autor almeja que este processo possa prolongar-se por até quatro anos. Pensando em um estudante que de quatro anos vividos na universidade, dois foram em experiências de ERE, esta convivência através da afiliação do estudante se perde ou fica prejudicada.

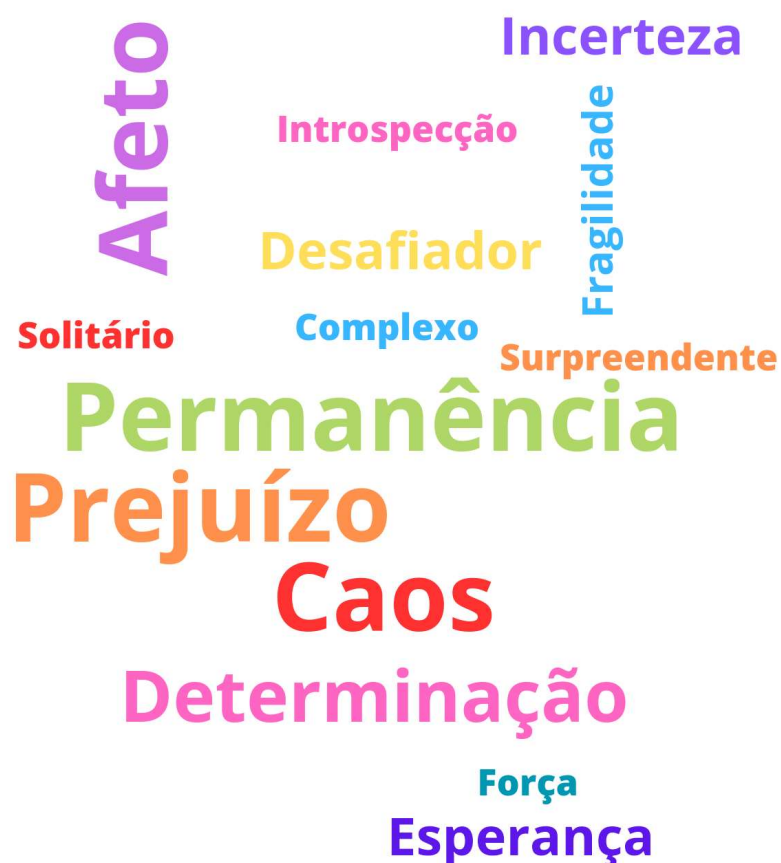
Algo inesperado que verificou-se através das respostas das entrevistadas 2,3,4 e 6 foi que elas responderam que sim, tiveram prejuízos em relação a sua progressão acadêmica durante a pandemia. Mas, as estudantes não acreditam que isso tenha acontecido por conta do momento vivido por elas, mas sim, por falta de empenho da parte delas. Por não possuírem aptidão ou foco para passar por aquele momento fazendo as disciplinas necessárias. Diferente disso, a entrevistada 5, revela que optou por trancar algumas disciplinas durante o período por não sentir que este modelo de ensino estava sendo de fato positivo para seu aprendizado.

Sim, com certeza, porque eu tranquei mesmo um semestre na pandemia que acredito que dois semestres durante a pandemia. Por eu não estar conseguindo achar proveitoso pra mim, não estava conseguindo aprender né? Tanto pela troca, mas eu também não estava conseguindo entender as disciplinas né. Eu acredito que pela pressão psicológica que a gente sofre né, uma novidade assim que está todo mundo isolado então eu acabei trancando alguns semestres, né e eu acho que foi prejudicial sim pro meu aprendizado. Aí eu optei por trancar o semestre (Entrevistada 5).

Neste capítulo, apresentei as discussões trazidas pelas estudantes ao longo das entrevistas para compreender como a pandemia de COVID-19 afetou o desenvolvimento do currículo de

estudantes na graduação. Principalmente estudantes de baixa renda que tiveram suas vidas completamente modificadas depois da pandemia. Na Imagem 1, é possível visualizar uma nuvem de palavras, que expressam o significado que o período do Ensino Remoto teve para as estudantes participantes da pesquisa.

Imagem 1 - Nuvem de palavras realizada a partir das entrevistas semi-estruturadas



Fonte: Elaboração própria.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao longo desta pesquisa busquei compreender diferentes aspectos de como estudantes de graduação em Pedagogia pela UFRGS vivenciaram as Políticas de Assistência Estudantil, durante o ERE. Nestas últimas reflexões, proponho trazer questões que não se findam aqui, pois há muito para ser pesquisado e debatido sobre as lacunas deixadas pela pandemia na educação e, igualmente, na Educação Superior. No mais, penso neste espaço como um lugar de possibilidades para ampliar as reflexões trazidas a partir das categorias de análise e dos objetivos da pesquisa.

Em primeiro lugar, é importante dizer que as Políticas de Assistência Estudantil implementadas a partir da pandemia de COVID-19 pela UFRGS, em conjunto com a PRAE, tiveram o propósito de auxiliar a adaptação dos estudantes à realidade do ERE. Estas foram essenciais num momento emergencial como a pandemia, no entanto, ao longo das entrevistas com as estudantes graduandas, que utilizaram estes mesmos auxílios, foi possível compreender que estes benefícios sozinhos não seriam capazes de garantir a permanência dos estudantes de baixa renda em cursos de graduação durante a pandemia de COVID-19. Isso aconteceu por diversas razões, pela falta de recursos adequados às necessidades dos estudantes de baixa renda para permanecer na graduação durante o período, da mesma forma estes mesmos recursos se mostraram insuficientes para o acesso dos estudantes às aulas remotas e às tecnologias no ensino remoto.

Como visto ao longo da categoria Efetividade nas Políticas de Assistência Estudantil, foi proposta a análise dos três novos benefícios que passaram a existir ao longo da pandemia, o primeiro é destinado ao acesso a internet no valor de 70,00 reais, as estudantes apontaram este auxílio como insuficiente para ter acesso adequado às aulas remotas. O segundo benefício estudado foi o Auxílio Inclusão Digital/tablet, em que as entrevistadas apontaram que este recurso além de ser insuficiente para compra de um aparelho adequado para os estudos durante a pandemia, também se mostrou muito burocrático para adquirir o recurso disponibilizado pela UFRGS. O terceiro e último benefício estudado, que passou a existir ao longo da pandemia de COVID-19, foi o Auxílio Alimentação no valor de 300,00 reais. Ao longo das entrevistas, as estudantes apontaram que este benefício se mostrou insatisfatório ao que se propõe, pois, segundo as entrevistadas, não foi suficiente para garantir a alimentação das estudantes durante o período da pandemia de COVID-19. Além destes benefícios, também foi estudado o impacto que a suspensão temporária do Auxílio Transporte possuiu na vida das estudantes de baixa renda. Muitas alegaram que não sentiram diferença, mas uma

estudante problematizou que ao longo da pandemia não conseguia fazer atividades importantes como ir ao médico, fazer consultas de rotina, isso por conta da falta de passagem.

Outro ponto discutido ao longo das entrevistas que se mostrou estruturante durante a pesquisa foram as condições de acesso à internet e às tecnologias que foram determinantes no momento da pandemia para os estudantes e suas relações com o estudo. A falta de acesso e a precariedade dos recursos tecnológicos disponibilizados aos estudantes de baixa renda fizeram com que o ensino desenvolvido durante a pandemia não fosse igualitário. Deste modo, foi possível perceber que a efetividade no processo de inclusão de pessoas de baixa renda não atingiu o esperado ao longo da distribuição dos benefícios de acesso à internet e aos aparelhos digitais. Com isso, refletindo sobre o impacto das Políticas de Assistência Estudantil, elaboradas na pandemia, na vida do graduando de baixa renda, é possível perceber através destas reflexões que estas mantiveram as desigualdades sociais, implicando que estudantes de baixa renda não tivessem as mesmas condições de acesso às tecnologias, estudo e garantia de direitos. Por isso, as Políticas de Ação Afirmativa Estudantil não foram suficientes, de acordo com a análise desta pesquisa, para contribuir com o papel das Políticas de Permanência.

Outra questão pontual que afetou e continua afetando muitos estudantes de baixa renda é o fato da pandemia de COVID-19 representar um período de extrema vulnerabilidade, principalmente ligada à área da saúde. A saúde mental dos estudantes, ao longo deste período, foi muito prejudicada por conta do impacto emocional, das perdas familiares e do sentimento de medo e angústia durante a pandemia. O ERE facilitou o crescimento deste fator, pois diversos estudantes, principalmente os de baixa renda, passaram a não se reconhecer mais na condição de estudante durante a pandemia, pois não vivenciavam mais a universidade através das experiências estudantis, diminuindo suas relações ligadas à formação acadêmica. Este distanciamento, agravou problemas de saúde mental dos estudantes, principalmente daqueles que não tinham outras relações dentro da universidade, como bolsas, cursos, entre outros. Como mencionado anteriormente, a saúde mental foi uma categoria que embasou a análise deste estudo, pois esta condição além de ser muito comentada ao longo das entrevistas, foi também a que mais trouxe impactos durante a pandemia de COVID-19 na vida das estudantes que foram entrevistadas.

Outra categoria apresentada durante este estudo foi o impacto da pandemia na formação acadêmica. Esta teve por objetivo analisar quais as dificuldades atreladas à pandemia de COVID-19 que possam ter justificado o atraso na conclusão do curso de graduação das estudantes de baixa renda entrevistadas. Ao longo da pesquisa revelam-se dois perfis: a) estudante que não teve prejuízo; b) estudante que sentiu-se prejudicada. No primeiro perfil, as estudantes não sentiram que a pandemia de COVID-19 influenciou para que elas pudessem dar continuidade no curso de graduação. No

segundo perfil, as estudantes observaram que a pandemia atrasou sua formação, trazendo perdas para o seu desempenho em relação ao currículo.

Por fim pensando que esta pesquisa não se finda aqui, é possível refletir sobre a educação na pandemia através de diversos pontos importantes, mas alguns não foram mencionados neste estudo, como por exemplo: porque alguns professores e alunos de graduação ainda defendem o Ensino Remoto Emergencial - ou a Educação à Distância - como uma forma permanente para ser utilizada em cursos que, atualmente, são presenciais? Isto tem relação com a classe social destes alunos e professores?

Comprovar que na educação durante a pandemia existiram diversas perdas é um avanço para pesquisa, principalmente quando falamos sobre as dificuldades na Educação Superior e as estratégias para a permanência do estudante universitário. Neste sentido, esta pesquisa constata que é necessário que as políticas públicas de assistência estudantil devam estar alinhadas ao atendimento dos estudantes, principalmente aos que não conseguem por diversos fatores permanecer na universidade. Esta não deve ser somente uma causa do indivíduo, mas do Estado, que não somente deve fornecer aparatos para este estudante continuar na universidade, mas também auxiliá-lo com benefícios que sejam significativos durante toda sua formação acadêmica. Também é um dever da sociedade cobrar e investigar as políticas públicas e suas contribuições. Além disso, é fundamental que toda a comunidade acadêmica tenha um olhar sensível para os problemas universitários, principalmente em circunstâncias de extrema vulnerabilidade como a pandemia de COVID-19.

Por fim, através desta pesquisa foi possível validar os desafios encontrados pelos estudantes de baixa renda da UFRGS, a partir das vivências apresentadas durante as entrevistas. Também foi possível sistematizar as Políticas de Assistência Estudantil criadas na pandemia e, a partir desta análise, refletir sobre o impacto desta política na vida do estudante cotista. Com isso, avaliou-se que as Políticas de Assistência Estudantil, propostas durante a pandemia, não contribuíram de forma significativa para a permanência dos estudantes de pedagogia de baixa renda na universidade, visto que, a partir da análise deste estudo, as Políticas de Assistência Estudantil não foram satisfatórias para o grupo de estudantes pesquisado.

6. REFERÊNCIAS

UFRGS. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. **Decisão nº 134 de 2007**. CONSUN. Porto Alegre, 2007.

_____. **Decisão nº 7.234 de 2010**. CONSUN. Porto Alegre, 2010.

AMARO, Rogério Roque. **A exclusão social hoje**. Caderno do ISTA. Lisboa nº9, 2000. Disponível em: <http://www.triplov.com/ista/cadernos/cad_09/amaro.html> Acesso em: 10 de junho de 2022.

BARBOSA, R., **Obras completas de Rui Barbosa**. Nota: Trecho de discurso no Largo de São Francisco, em São Paulo, intitulado de Oração aos Moços. 1920.

BRASIL, **Portal Coronavírus Brasil**. acesso em > <https://covid.saude.gov.br/> < (13 de julho de 2022).

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Direito à Educação**. BRASIL: [s. n.], 1996.

BRASIL. **Constituição Federal**. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988. p.119

DUARTE, Phelipe. COVID-19: Origem do novo coronavírus. **Brazilian Journal of health Review**, [s. l.], 24 mar. 2020. DOI:10.34119/bjhrv3n2-187. Disponível em: https://drive.google.com/drive/folders/1KbPy_Gqt2RsfMsagQFmW2bACiHRQVGEf. Acesso em: 2 abr. 2023. Acesso em: 2 abr. 2023.

BRASIL. **LEI nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020**. Dispõe sobre as medidas para enfrentamento da emergência de saúde pública de importância internacional decorrente do coronavírus responsável pelo surto de 2019. BRASIL, [S. l.], 6 fev. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/113979.htm#. Acesso em: 2 abr. 2023.

BRASIL. **LEI nº 11.096, de 13 de janeiro de 2005**. Institui o Programa Universidade para Todos - PROUNI, regula a atuação de entidades beneficentes de assistência social no ensino superior; altera a Lei nº 10.891, de 9 de julho de 2004, e dá outras providências. [S. l.], 13 jan. 2005.

BRASIL. **LEI nº 12.711, de 29 de agosto de 2012**. Dispõe sobre o ingresso nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio e dá outras providências. [S. l.], 29 ago. 2012.

BRASIL. MEC. **Portaria nº 1.030, de 2 de dezembro de 2020**. Dispõe sobre o retorno às aulas presenciais e sobre caráter excepcional de utilização de recursos educacionais digitais para integralização da carga horária das atividades pedagógicas enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19. [S. l.], 2 dez. 2020.

CASTRO, R. P. de; SANTOS, V. R. dos. Relações de gênero na Pedagogia: concepções de estudantes homens. *Educação em Perspectiva*, Viçosa, MG, v. 7, n. 1, 2016. DOI: 10.22294/eduper/ppge/ufv.v7i1.720. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/educacaoem perspectiva/article/view/6859>. Acesso em: 3 abr. 2023.

CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; DA SILVA, Roberto. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson, 2007.

Cordeiro, Karolina. **O IMPACTO DA PANDEMIA NA EDUCAÇÃO A UTILIZAÇÃO DA TECNOLOGIA COMO FERRAMENTA DE ENSINO**. 2020. p.15. Acesso em: > <http://idaam.siteworks.com.br/jspui/bitstream/prefix/1157/1/O%20IMPACTO%20DA%20PANDEMIA%20NA%20EDUCA%C3%87%C3%83O%20A%20UTILIZA%C3%87%C3%83O%20DA%20TECNOLOGIA%20COMO%20FERRAMENTA%20DE%20ENSINO.pdf> < (13 de julho de 2022).

COULON, ALAIN. **A Condição do Estudante: A entrada na vida universitária** / Alain Coulon; tradução de Georgina Gonçalves dos Santos; Sônia Maria Rocha Sampaio. Salvador: EDUFBA, 2008. 268 p.

DECRETO Nº 6.096, de 24 de abril de 2007. Institui o Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais - REUNI. BRASIL, 24 abr. 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6096.htm. Acesso em: 29 mar. 2023.

DESLANDES, S. F. A construção do projeto de pesquisa. In: MINAYO, M. C. S. (Org.) et al. **Pesquisa Social: Teoria, Método, e Criatividade**. Petrópolis: Vozes, 2004. p. 31-50.

DOU. 2020. Dispõe sobre a substituição das aulas presenciais por aulas em meios digitais, enquanto durar a situação de pandemia do novo coronavírus - Covid-19, e revoga as Portarias MEC nº 343, de 17 de março de 2020, nº 345, de 19 de março de 2020, e nº 473, de 12 de maio de 2020.

DOU. **Resolução nº 025, de 27 de junho de 2020**. UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. [S. l.], 27 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/acoesafirmativas/wp-content/uploads/2020/08/Resolu%C3%A7%C3%A3o-ER-E-CEPE.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2023.

FRASER, Nancy. **Da redistribuição ao reconhecimento? Dilemas da Justiça numa era “pós-socialista”**. Tradução: Júlio Assis. cadernos de campo, São Paulo, n. 14/15, p. 1-382, 2006.

FREIRE, Paulo. Criando métodos de pesquisa alternativa. In: BRANDÃO, Carlos. Rodrigues (Org.). **Pesquisa participante**. São Paulo: Brasiliense, 1983.

GOLDEMBERG, José. O repensar da educação no Brasil. **Estudos Avançados**. 7(18), 1993.

Guerra, Eliane. **Manual de Pesquisas Qualitativas**. Acesso em: <https://docente.ifsc.edu.br/luciane.oliveira/MaterialDidatico/P%C3%B3s%20Gest%C3%A3o%20Es>

[colar/Legisla%C3%A7%C3%A3o%20e%20Pol%C3%ADticas%20P%C3%ABlicas/Manual%20de%20Pesquisa%20Qualitativa.pdf](#) Edição Grupo Ânima Educação. Belo Horizonte, 2014.

GUIMARÃES, Antônio Sérgio Alfredo. Acesso de negros às universidades públicas. **Cadernos de Pesquisa**, São Paulo, n. 118, p. 247-268, 2003.

Hermann, Nadja. **A Aprendizagem da Dor**. Revista: Educação & Realidade. Seção temática: As Lições da Pandemia, Porto Alegre, v. 45, n. 4, e 110033, 2020. <http://dx.doi.org/10.1590/2175-6236110033>.

HODGES, C.; MOORE, S.; LOCKEE, B.; TRUST, T.; BOND, A. The difference between emergency remote teaching and online learning Friday. **EDUCAUSE Review**, March 27, 2020 Disponível em: <https://er.educause.edu/articles/2020/3/the-difference-between-emergency-remoteteaching-and-online-learning>. Acesso em: 09 jun. 2022.

IBGE (BRASIL). Diretoria de Pesquisas. Renda Domiciliar Per Capita 2017. **IBGE**, BRASIL, p. 1-4, 28 fev. 2018.

IBGE. **Indicadores para população de 25 anos ou mais de idade**. Setembro de 2017. Referência aos meses de julho, agosto e setembro de 2017. Coordenação de Trabalho e Rendimento. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (Pnad Contínua). Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Rio de Janeiro.

INEP (BRASIL). ENEM. Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). *In: Apresentação*: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira | Inep. [S. l.], 2010. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais/enem>. Acesso em: 2 abr. 2023.

Jaccoud, Mayer. A pesquisa qualitativa: Enfoque epistemológico e metodológico. Tradução de Ana Cristina Nasser. RJ: Vozes, 2008. Coleção (sociologia).

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. 7 ed. São Paulo: Atlas, 2010

LEGISLAÇÃO - Ensino Remoto UFRGS. *In: MEC (Brasil). UFRGS. Legislação*. [S. l.], 2023. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/ensinoremoto/legislacao/>. Acesso em: 2 abr. 2023.

Lira, Isadora Teixeira. “Capitalismo de vigilância se alimenta da pandemia”. acesso em >https://docs.google.com/document/d/1hruVIMUsYem5Fh_vPfr0igNSTtJMo0ru77QYgsKijn0/edit. <

LÜDKE, Menga; ANDRÉ, Marli. E. D. A. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: Epu, 1986.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O desafio do conhecimento**. 11 ed. São Paulo: Hucitec, 2008.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). **Como se proteger?: medidas não farmacológicas de prevenção e controle da pandemia do novo coronavírus.** In: Gov.br. Versão v2.1. BRASIL, 2021. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/coronavirus/como-se-proteger#:~:text=Entre%20as%20medidas%20indicadas%20pelo,%2D19%2C%20conforme%20orienta%C3%A7%C3%B5es%20m%C3%A9dicas>. Acesso em: 2 abr. 2023.

MINISTÉRIO DA SAÚDE (Brasil). SECRETARIAS ESTADUAIS DE SAÚDE. CORONAVÍRUS BRASIL: COVID 19 Painel Coronavírus. In: MINISTÉRIO DA SAÚDE (BR). COVID 19 Painel Coronavírus. **COVID 19 Painel Coronavírus** : Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil pelo Ministério da Saúde. Versão v2.1.0. BRASIL, 2019. Disponível em: <https://covid.saude.gov.br/>. Acesso em: 2 abr. 2023.

NEUMANN, Z. A. **Conhecimento e solidariedade que geram inclusão social** – o caso da pastoral da criança. *Inclusão Social*, v. 1, n. 2, 2006. Disponível em: <http://hdl.handle.net/20.500.11959/brapci/100963>. Acesso em: 30 maio 2022

OLIVEN, Arabela, Campos. **Ações Afirmativas na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e seu significado simbólico.** *Revista Educação*, Santa Maria, v. 34, n. 1, p. 65-76, jan./abr. 2009. Disponível em: <<http://www.ufsm.br/revistaeducacao>>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

ORTEGA, Eliane Maria V. **O ensino médio público e o acesso ao ensino superior. Estudos em Avaliação Educacional.** São Paulo, Fundação Carlos Chagas, n. 23, p. 153-176, jan./jun.2001.

OXFAM Brasil. In: **OXFAM - Nós e as Desigualdades** . [S. l.], 2021. Disponível em: <https://www.oxfam.org.br/um-retrato-das-desigualdades-brasileiras/pesquisa-nos-e-as-desigualdades/pesquisa-nos-e-as-desigualdades-2022/>. Acesso em: 2 abr. 2023.

PIOVESAN, Flávia. **Ações afirmativas no Brasil: desafios e perspectivas.** Dossiê 120 anos da abolição da escravidão no Brasil: um processo ainda inacabado. *Rev. Estud. Fem.* 16 (3). Dez 2008. Disponível em <<https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300010>>. Acesso em: 10 de junho de 2022.

Poupart, Jean. Deslauriers, Jean-Pierre. Laperrière, Anne. Pires, Robert. **A pesquisa qualitativa Enfoques epistemológicos e metodológicos.** tradução de Ana Cristina Nasser.- Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.- (Coleção Sociologia) Título original: La recherche qualitative Vários autores. Bibliografia.

PRAE (BRASIL). UFRGS. RESULTADO DA CONSULTA AOS ESTUDANTES BENEFICIÁRIOS SOBRE OS BENEFÍCIOS 2020/2. **PRAE**, [s. l.], 2020. Disponível em: <https://drive.google.com/drive/folders/14G7sAI4Y6Guab81bzbR02nQUjCP-no44>. Acesso em: 2 abr. 2023.

PRAE. **PORTARIA nº 3326, de 19 de junho de 2020.** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL PRÓ-REITORIA DE ASSUNTOS ESTUDANTIS. [S. l.], 19 jun. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prae/wp-content/uploads/2020/06/PORTARIA-n.3326-2020-RegulamentoTransitorioCovid-19.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2023.

PRAE. **PORTARIA nº 4495, de 4 de setembro de 2020.** UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL CONSELHO DE ENSINO, PESQUISA E EXTENSÃO. [S. l.], 4 set. 2020. Disponível em: <https://www.ufrgs.br/prae/wp-content/uploads/2020/09/4495-altera-portaria-3326-2020-1.pdf>. Acesso em: 2 abr. 2023.

RIBEIRO, Weudson. Mundo tem mais de 4 bilhões de pessoas em quarentena. *In: Mundo tem mais de 4 bilhões de pessoas em quarentena.* [S. l.], 13 abr. 2020. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/coronavirus/mundo-tem-mais-de-4-bilhoes-de-pessoas-em-quarentena/>. Acesso em: 2 abr. 2023.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Reconhecer para libertar: os caminhos do cosmopolitanismo multicultural. Introdução: para ampliar o cânone do reconhecimento, da diferença e da igualdade. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 56.

IBGE. Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2018 / IBGE, Coordenação de População e Indicadores Sociais. - Rio de Janeiro: IBGE, 2018. 151 p. - (Estudos e pesquisas. Informação demográfica e socioeconômica, ISSN 1516-3296; n. 39)

UFRGS. **ACESSO À INFORMAÇÃO, Portal da Informação.** Porto Alegre, Rio Grande do Sul, ano 2023. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/ufrgs/acessoainformacao>. Acesso em: 27 mar. 2023.

UFRGS. **Portal de ingresso.** acesso em: > <https://www.ufrgs.br/ingresso/faqwd/quais-sao-as-modalidades-de-cotas-na-ufrgs/>

VASCONCELOS, Simão Dias; LIMA, Kênio, Erithon Cavalcante. **Inclusão social e acesso às Universidades Públicas: o programa Professores do Terceiro Milênio.** *Estudos em Avaliação Educacional*, São Paulo, s.n., n. 29, p. 67-86, jan.-jun.2004.

VENERA, Raquel. Alves, Camila. **Narrativas, Pandemia e Adoecimento Social.** *Revista Brasileira de Pesquisa (Auto) Biográfica*, Salvador, v. 05, n. 16, p. 1472-1477, Edição Especial, 2020.

ZAGO, N. **Do acesso à permanência no ensino superior: percursos de estudantes universitários de camadas populares.** *Revista Brasileira de Educação*, Rio de Janeiro, v. 11, n. 32, p. 226-237, 2006.



CARTA CONVITE

Caro universitário(a)

Convidamos você para participar da Pesquisa: “Estudantes de classe popular e suas vivências sobre as Políticas de Assistência Estudantil implementadas na pandemia de COVID-19” desenvolvida pela pesquisadora Mariana Aguiar, para o seu trabalho de conclusão de curso da graduação, e pelo professor orientador Dr. Maurício Perondi.

Essa Pesquisa tem o propósito de compreender qual a percepção dos estudantes da UFRGS sobre as Políticas de Assistência Estudantil implementadas durante a pandemia, especificamente alunos de baixa renda do Curso Pedagogia, no período de 2020 a 2022. Visa também identificar de que forma as Políticas de Assistência Estudantil, propostas durante a pandemia, contribuíram ou não para a permanência dos estudantes de Pedagogia de baixa renda. Para isso, é utilizado nesta pesquisa o modelo de entrevista semi-estruturada na qual dez alunos(as) da graduação em Pedagogia serão selecionados por possuir o perfil da pesquisa: estudantes ingressantes por cotas, com restrição de renda (cotistas de baixa renda), que utilizaram as Políticas de Assistência Estudantil durante a pandemia de covid-19. Com isso esta pesquisa tem por interesse analisar se as Políticas de Assistência Estudantil foram satisfatórias para estes estudantes, contribuindo para sua permanência na universidade neste período.

Quem pode participar?

Estudantes maiores de 18 anos do curso de graduação presencial da Pedagogia da UFRGS, que ingressaram por meio de cotas com restrição de renda sejam elas: “(L1) - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário Ip mínimo nacional per capita; (L2) - candidato egresso Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo nacional per capita autodeclarado

preto, pardo ou indígena; (L9) - candidato egresso do Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo nacional per capita e Pessoa com Deficiência; (L10) - candidato egresso Sistema Público de Ensino Médio com renda familiar bruta mensal igual ou inferior a 1,5 salário mínimo nacional per capita autodeclarado preto, pardo ou indígena e Pessoa com Deficiência;”. (UFRGS, Portal de Informação, 2021.)

Por que deveria participar dessa pesquisa?

No novo contexto da pandemia da COVID-19 e da crise mundial na saúde pública é necessário identificar quais obstáculos podem ter aparecido para a permanência dos estudantes de baixa renda na graduação. Sua adesão à Pesquisa permitirá um delineamento desta vivência, com debate sobre as repercussões e contribuições para a superação do problema .

Questões práticas da entrevista:

- A resposta ao questionário leva aproximadamente 40 minutos.
- Caso o participante deseje, poderá responder a entrevista de forma virtual via a plataforma do Google Meet.
- A entrevista será gravada para melhor obtenção e armazenamento de dados, no entanto caso o participante desejar poderá retirar o consentimento para a gravação, neste caso a entrevista seguirá sem ser gravada.

Asseguramos que você pode desistir a qualquer momento, sem nenhum tipo de ônus ou constrangimento. E ainda garantimos o sigilo sobre as informações, conforme apresentado no Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, que lhe é apresentado.

Seguem os contatos para esclarecimento de eventuais dúvidas: Mariana Aguiar (e-mail: marikovaski.cultura@gmail.com; fone: (51) 99117-8152) e Maurício Perondi (e-mail: mauricioperondirs@gmail.com; fone: (51) 98147-0990).

Mariana Aguiar - Pesquisadora

2023

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE

Você, _____ aluno(a) da Universidade Federal do Rio Grande do Sul do curso de Pedagogia, está sendo convidado a participar da pesquisa: Estudantes de classe popular e suas vivências sobre as Políticas de Assistência Estudantil implementadas na pandemia de COVID-19. Esta pesquisa integra o trabalho de conclusão do curso de Licenciatura em Pedagogia na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, de Mariana Kovaski de Aguiar e é coordenada pelo pesquisador Prof. Dr. Maurício Perondi.

Esta pesquisa possui o objetivo de compreender qual a percepção dos estudantes da UFRGS sobre as Políticas de Assistência Estudantil implementadas durante a pandemia, especificamente alunos de baixa renda da pedagogia, no período de 2020 a 2022. Visa também identificar de que forma as Políticas de Assistência Estudantil, propostas durante a pandemia, contribuíram ou não para a permanência dos estudantes de pedagogia de baixa renda. Para isso, é utilizado nesta pesquisa o modelo de entrevista semi-estruturada na qual dez alunos(as) da graduação em pedagogia foram selecionados por possuir o perfil da pesquisa: estudantes ingressantes por cotas, com restrição de renda (cotistas de baixa renda), que utilizaram as Políticas de Assistência Estudantil durante a pandemia de covid-19. Com isso esta pesquisa tem por interesse analisar se as Políticas de Assistência Estudantil foram satisfatórias para estes estudantes, contribuindo para sua permanência na universidade neste período. **Riscos e Benefícios:** Você terá que dedicar algum tempo para participar da entrevista, e pode passar por algum desconforto ou constrangimento ao responder as perguntas. O benefício desta pesquisa é participar da criação de conhecimentos importantes para a educação superior na pandemia. Assim os profissionais da educação poderão utilizar esses conhecimentos para aprimorar e ampliar seu conhecimento através desta pesquisa.

Sigilo e privacidade: Sua privacidade será respeitada, assim como o sigilo e o anonimato das informações prestadas. Os dados de identificação serão utilizados unicamente como controle da amostra de entrevistados e em nenhum momento você será identificado pelo nome. Os pesquisadores se responsabilizam pela guarda e confidencialidade dos dados. Os dados serão "conservados" pela pesquisadora durante 5 anos. Após a transcrição a entrevista deve ser devolvida aos participantes para que estes aprovelem sua redação.

Autonomia: Você aluno(a) pode se recusar a participar do estudo, ou retirar o consentimento a qualquer momento e sair da pesquisa. Também se assim desejar pode optar por não responder a algumas das perguntas.

Remuneração: Você aluno(a) está ciente que não haverá despesas em qualquer fase da pesquisa. Também não haverá remuneração.

Caso tenha alguma dúvida sobre a pesquisa ou sobre a entrevista entre em contato com a pesquisadora Mariana Aguiar (marikovaski.cultura@gmail.com) ou com o Prof. Dr. Maurício Perondi (mauricioperondirs@gmail.com).

A assinatura deste Termo não exclui a possibilidade de o/a participante interromper a sua participação em qualquer momento da pesquisa.

Participação no estudo: A minha participação no estudo será voluntária e eu:

- Concordo em participar desta entrevista.
- Não concordo em participar desta entrevista.

Assinatura do participante

Data: ___/___/___
